

RELATÓRIO DE ATIVIDADES & CONTAS 2015



santa casa
misericórdia
maia



Handwritten signatures and initials in blue ink.

INDICE

1.	Relatório de Atividades.....	02
2.	Atividades	04
3.	Agradecimentos.....	24
4.	Relatório de Gestão.....	27
5.	Introdução.....	28
6.	Evolução da Atividade	29
7.	Rendimentos e Gastos.....	32
8.	Cômputo Global e Posição Patrimonial.....	45
10.	Balanço e Demonstração de Resultados	51
11.	Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	53
12.	Demonstração de Fluxos de Caixa	75

ac
of
mu.
Santos
W
A

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

"Precisamos sempre de contemplar o mistério da misericórdia... Misericórdia: é a lei fundamental que mora no coração de cada pessoa, quando vê com olhos sinceros o irmão que encontra no caminho da vida."

Papa Francisco, Misericordiae Vultus

ae
mu.
Lopes
A

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Introdução

Durante parte de 2015, exercício ao qual se reporta o presente documento, Portugal viveu ainda sob o programa de assistência económica e financeira (em vigor desde a assinatura a assinatura, em 2011, do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica), cujo termo, em maio transato, não significou o termo dos constrangimentos económico-financeiros associados. Para além disso, decorreram eleições legislativas e a indefinição política que se seguiu, embora com reflexos mais relevantes no arranque do exercício corrente, não deixou de condicionar de algum modo o País já em 2015. Regista-se, no que às Instituições Particulares de Solidariedade Social mais diretamente diz respeito, a não atualização das participações financeiras do Estado ao abrigo dos acordos de cooperação, que deveria ter ocorrido, de acordo com o Compromisso de Cooperação para o Setor Solidário e Social assinado em 2015, em dezembro desse ano.

Nesse contexto, não foram lançados em 2015 novos programas de apoio a iniciativas de cariz social com interesse para a Santa Casa da Misericórdia da Maia e não houve revisão de acordos de cooperação. Por outro lado, os valores das participações, por Utente, pagas pelo Instituto da Segurança Social, I.P. registaram um aumento de 1,1% em relação aos valores de 2014, sendo 0,4% destinados a compensar igual aumento dos encargos das Instituições com taxa social única respeitantes aos seus Trabalhadores e 0,1% destinados ao Fundo de Reestruturação do Setor Social (o valor das participações pagas pelo Ministério da Educação na resposta social Educação Pré-Escolar mantém-se inalterado desde 2009).

Apesar dos sinais, mais ou menos visíveis, mais ou menos controvertidos, de retoma económica, a Instituição continuou a sentir os reflexos das dificuldades económicas das famílias, quer no número (crescente) das solicitações de apoio, quer no montante (mais reduzido) das participações pagas pelas famílias pela fruição dos serviços prestados pela Instituição (calculadas em função do respetivo rendimento *per capita*). Não se registaram alterações positivas de relevo derivadas da entrada em vigor da Circular de Orientação Técnica n.º 4 da Direção Geral da Segurança Social (entretanto republicada em anexo à Portaria n.º 196-A/2015 de 1 de julho) que reviu as regras, imperativas e supletivas, às quais as Instituições devem obedecer na fixação dos valores das participações a pagar pelos seus Utentes abrangidos por

mu
ar
Oylops
W
X

acordo de cooperação, que visava, nomeadamente, uma maior efetividade na determinação da totalidade dos rendimentos relevantes para cálculo e que criou a expectativa nas Instituições (e o receio, nas famílias) de um aumento generalizado de comparticipações.

A Instituição manteve as especificidades que a caracterizam e que não deixaremos de recordar, tais como o facto de prestar serviço a partir de 20 edifícios dispersos pelo Município (para além da Sede), de dispor de 19 cozinhas em funcionamento, de ter ao serviço um número elevado de viaturas (34) e ter um quadro de pessoal extenso (mais de trezentos e oitenta Trabalhadores). Como é sabido, as contas evidenciam os encargos com pessoal como a parte mais substancial dos encargos da Instituição, não pelo elevado valor de cada remuneração mas pelo sim pelo número de Trabalhadores, o que determina um valor absoluto relevante de encargos associados e também pelo facto de a Instituição, prestando serviços e não entregando matérias-primas transformadas (excetua-se, claro, as refeições entregues), registar uma contribuição das matérias-primas e outros fornecimentos para o total de encargos muito relevante em termos absolutos mas mais reduzida em termos relativos (isto é, percentualmente).

No ano de 2015, a Instituição não registou alterações de grande relevo na estrutura e dinâmica da sua atividade, tomando-se apenas a liberdade de desde já destacar nesse ano, como referiremos na altura própria: a revisão do Compromisso da Instituição, o termo da ação judicial referente ao arrendamento à Administração Regional de Saúde do Norte, L.P., a abertura oficial do ano Santo do Jubileu Extraordinário da Misericórdia e o termo do projeto *Bué D'Escolhas E5g*, a 31 de dezembro.

Com estas notas prévias, a Mesa Regedora nos termos do Compromisso e da legislação em vigor, apresenta o Relatório de Atividades e as Contas de Gerência do ano de 2015, acompanhado do competente Parecer do Definitório ou Conselho Fiscal e da apreciação do Revisor Oficial de Contas.

Como sempre, para uma visão detalhada da vivência diária dos vários estabelecimentos da Instituição e das suas atividades, na medida do que possam reproduzir as palavras ou as imagens, são elaboradas relatórios de atividades por cada um desses Estabelecimentos e publicadas notícias de algumas atividades na página oficial da Instituição na internet em (www.misericordiadamaiã.com).

Espera-se, no entanto, que os documentos que ora se submete à apreciação dos Irmãos permitam compreender a evolução da situação económico-financeira da Instituição e da sua atividade no

mu- ac
Lupey
4/1

exercício de 2015, que cremos ter correspondido no essencial ao delineado no Plano de Atividades e Orçamento aprovado.

Enfrentando sempre dificuldades e desafios com dedicação, persistência e trabalho, a Santa Casa da Misericórdia da Maia e os seus servidores, dentro das suas capacidades e limitações, continuaram, como pede Sua Santidade o Papa Francisco na *Misericordiae Vultus*, Bula de Convocação do Jubileu da Misericórdia, a redescobrir as obras de misericórdia corporal, não esquecendo as obras de misericórdia espiritual.

ATIVIDADES

Correspondendo ao que dissemos sobre a não alteração de grande relevo na estrutura e dinâmica da atividade da Instituição, o Relatório de Atividades mantém a apresentação habitual:

- Apoio à infância e juventude
- Apoio à terceira idade
- Intervenção Comunitária
- Apoio a cidadãos diminuídos
- Outras atividades/acontecimentos relevantes

Apoio à infância e juventude

Abrangendo a Creche (para crianças desde os 3/4 aos 36 meses de idade), a Educação Pré-Escolar (para crianças dos 36 meses aos 5 anos de idade) e Centro de Atividades de Tempos Livres (ATL), é a área mais relevante da atividade da Misericórdia em termos de receita, número de utentes regulares e Trabalhadores em serviço.

Na Santa Casa da Misericórdia da Maia são treze os Estabelecimentos com Creche, em regra com 3 salas (sala até à aquisição de marcha ou berçário, sala dos 12 aos 24 meses e sala dos 24 ou 36 meses ou sala dos 2 anos). Excetua-se a Creche de Gondim (apenas com a sala dos 24 aos 36 meses), de Vermoim (com mais uma sala dos 24 aos 36 meses) e Santa Luzia (com mais uma sala dos 12 aos 24 meses e mais uma sala dos 24 ou 36 meses).

ju. Lopes
de
H

A Instituição tem doze Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar (Santa Luzia tem apenas Creche), em regra com 3 salas mistas dos 3 aos 5 anos (excetua-se São Pedro de Fins, só com duas salas de Pré-Escolar).

O Centro de Animação de Infância de Vermoim integra ainda Centro de Atividades de Tempos Livres, com a modalidade clássica com refeição e a modalidade de Extensões e Interrupções letivas sem almoço.

Constituindo, cada um deles, um centro de custo autónomo onde são lançadas as despesas próprias e uma proporção dos custos de utilização de serviços comuns, nomeadamente dos serviços administrativos da Sede, os Estabelecimentos de Creche/Educação Pré-Escolar e ATL têm como receitas:

- As participações dos Utentes, cujo valor é estabelecido em função do rendimento *per capita* dos respetivos agregados familiares (a regra de cálculo aplica-se igualmente aos Utentes não abrangidos por acordo de cooperação);
- As participações pagas pelo Estado no âmbito dos acordos de cooperação com o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e também com Ministério da Educação e Ciência no caso da Educação Pré-Escolar, de valor fixo por criança (no caso da Creche pode acrescer, por Estabelecimento, uma participação adicional quando esta, por necessidade expressa de pelo menos 30% dos pais, funcione, como tem sucedido na Misericórdia, por um período superior a 11 horas por dia). Todas as salas são abrangidas por acordo de cooperação, à exceção de uma das salas de Educação Pré-Escolar em Águas Santas II, e no Pré-Escolar a capacidade em regra coincide com o número de crianças com frequência participada. Na Creche, porém, o alargamento da capacidade permitido pela legislação publicada em 2011 não foi acompanhado por igual aumento do número de crianças participadas, havendo por isso nesta resposta social mais crianças *extra-acordo*. Recorde-se, que nestas como nas outras respostas, a participação estatal em função do número de utentes abrangidas e a frequentar é ajustada periodicamente, com base nas relações mensais de Utentes enviadas pela Instituição e das quais consta o Número de Identificação da Segurança Social (NISS) do Utente.

Não sendo novidade quer o decréscimo da natalidade, quer as dificuldades das famílias e o desemprego que por vezes levam os pais a não recorrerem às Creches ou Pré-Escolar, quer ainda a acentuada expansão da rede pública de Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar neste

Município (com horário semelhante ao dos Estabelecimentos desta Misericórdia, cobrando valores com os quais nenhuma entidade privada pode competir, para além da prioridade no acesso ao 1º ciclo de que gozam as crianças que frequentam esses Estabelecimentos públicos), não surpreendem as crescentes dificuldades da Misericórdia em preencher as vagas existentes. Ainda assim, a Instituição foi conseguindo, salvo com algumas exceções, manter a frequência prevista em acordo, acolhendo diariamente uma média de 508 utentes em Creche, 751 em Educação Pré-Escolar e 32 em Centro de Atividades de Tempos Livres.

Orientada pelo respetivo regulamento interno (comum a todos os Estabelecimentos), planos de atividades e projetos pedagógicos (próprios de cada Estabelecimento), pelos objetivos da Creche e pelas orientações curriculares e metas de aprendizagem definidas para a Educação Pré-Escolar, continuaram estas respostas a sua longa tradição de promoção do desenvolvimento integral das crianças, quer a nível intelectual e formação da personalidade, quer a nível da promoção das competências sociais e relacionais, da interiorização de regras de sã convivência, do respeito e da solidariedade. Para além das atividades mais estruturadas que constituem a componente letiva ou pedagógica (5 horas diárias obrigatórias no Pré-Escolar), das rotinas de higiene e alimentação e dos momentos lúdicos e de brincadeira, são proporcionadas atividades extracurriculares como a expressão musical, artes marciais diversas, língua estrangeira, dança e xadrez, entre outras.

Enumeramos de seguida algumas atividades, de entre todas as que foram desenvolvidas em cada Estabelecimento, registadas no relatório de atividades de cada um e algumas na página oficial da Instituição na internet, sempre orientadas pelos objetivos acima enunciados: a tradicional Colónia Balnear, no mês de Julho e também a já tradicional participação nos Projetos de Saúde Escolar promovidos pela Câmara Municipal da Maia (sempre com vários trabalhos premiados); as festas de Natal e encerramento de ano letivo dos vários Infantários; a exposição de poesias, com distribuição de poemas por mais 10 locais da Maia e de cravos pelas crianças de pré-escolar (em comemoração do 25 de abril), ambas promovidas pelo Infantário de Crestins; a distribuição de sopa à população (III edição do "Sopa na Praça") e o III Encontro de Marchas Infantis, ambas iniciativas conjuntas dos Infantários de Vermoim e Milheirós); *O Dia do Pijama*, em prol da *Associação Mundos de Vida*, na generalidade dos Infantários e do mesmo modo as celebrações de dias temáticos, como dia do pai e dia da mãe; a participação no Projeto "Escola Solidária", promovendo a recolha de géneros alimentares para famílias carenciadas; o *Dia do Nariz Vermelho*, em prol da Associação com o mesmo nome e o Festival das Sopas, incluído no projeto de promoção da alimentação saudável *Nutriciência*; formação em higiene oral e sensibilização para a desparasitação, em Águas Santas I; os diversos passeios e visitas de

mu
7
Olydes
ac
H

estudo, nomeadamente à Casa da Música, ao circo, a fábricas de brinquedos artesanais, entre outros. Registe-se ainda a comemoração dos 20 anos de serviço do Infantário de Catassol e a inauguração e bênção da Creche Santa Luzia, que proporcionou à Santa Casa da Misericórdia da Maia a visita, pela primeira vez nos seus 60 anos de existência, de um Primeiro-Ministro de Portugal.

Naturalmente não poderia ter sido descurada a realização das reparações do edificado, dos utensílios, máquinas e equipamentos, promovendo aquisições quando a reparação não fosse já possível ou rentável. Essencialmente no caso dos edifícios, a Instituição não pode deixar de apelar à ajuda sobretudo da Câmara Municipal (proprietária da maioria dos edifícios), não deixando, porém, de investir com recursos próprios. Sem possibilidade de enumeração exaustiva, referiremos apenas algumas iniciativas (não necessariamente as mais importantes ou onerosas): aquisição de impressoras e fotocopiadores (por exemplo, para Crestins), e ar condicionado (nomeadamente Crestins e Milheirós, onde foi renovado todo o sistema de aquecimento); remodelação da copa do berçário, fechando esse espaço e reforçando assim a segurança (também em Crestins); colocação de tijoleira no hall de entrada, teto com focos, reparação do piso da sala e construção de recreio exterior (na Guarda, Estabelecimento mais antigo da Misericórdia e em funcionamento em casa familiar remodelada); colocação de piso amortecedor no pátio da Creche (Vermoim).

APOIO À TERCEIRA IDADE E DEPENDÊNCIA

É habitual dizer-se que a evolução do conhecimento médico e a melhoria das condições de vida da população trouxe “mais anos à vida”, tendo-se tornado imprescindível “dar mais vida aos anos”. Essa necessidade, que decorre não só do aumento da esperança média de vida mas também das mudanças no modelo de vida familiar e social, com a destruição das tradicionais relações de vizinhança e a indisponibilidade (também por força das ocupações laborais e do ritmo de vida moderna) das famílias para cuidar dos seus idosos, apresenta crescente acuidade até pelo proliferar das doenças incapacitantes e degenerativas, que atingem cada vez mais pessoas não consideradas (nem hoje em dia nem sequer tradicionalmente) *idosas*.

O enfoque principal nestas respostas é o cidadão idoso ou dependente. A intervenção nesta área, na perspetiva moderna, visa não apenas reagir aos efeitos negativos decorrentes da idade ou dependência já existente, nem apenas combater, prevenir ou retardar a dependência e a degradação acelerada das condições de saúde, mas tem como objetivo, igualmente e cada vez

mais, valorizar o cidadão como cidadão pleno, com identidade e dignidade a respeitar, titular de direitos e aspirações, de capacidades e interesses, que não serão certamente os mesmos que teriam na juventude, mas que não deixarão de merecer ser vividos com a alegria e vitalidade que urge conservar em cada um.

Procura-se pois assegurar a satisfação das necessidades básicas do utente, nomeadamente a nível de saúde, alimentação, higiene pessoal e habitacional, tratamento de roupa, mas também a nível lúdico e recreativo, procurando-se preservar a dignidade do Utente, ainda que dependente. Daí que mesmo no Serviço de Apoio Domiciliário, mais vocacionado para a população isolada e/ou dependente, por vezes acamada, assumem relevo as atividades de animação, o apoio psicossocial e os cuidados de imagem.

Visa-se igualmente promover o convívio, combater o isolamento, bem como a insegurança e estados depressivos que aqueles provocam, incentivar à prática de exercício físico (na tal perspetiva preventiva), mas também levar o idoso a redescobrir a vida, a descobrir novos interesses ou explorar aqueles que mantém mas nunca teve oportunidade de experimentar.

Mas, a intervenção nesta área dirige-se também às famílias dos Utentes, não só substituindo-as com trabalho especializado no cuidado que não são capazes ou não têm disponibilidade para prestar aos seus familiares, mas também apoiando-as e formando-as para a prestação desses cuidados.

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta prioritária para evitar a institucionalização, especificamente vocacionado para pessoas que não pretendem ou não têm condições para ingresso em Lar ou Centro de Dia, mas carecem de apoio na satisfação das necessidades básicas. Foi prestado através do Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho (aqui também com prestação de serviço ao fim de semana a alguns utentes), do Centro Comunitário de Vila Nova da Telha e da Casa de Milheirós. Esta Misericórdia serviu em 2015 uma média diária de 130 utentes. Face ao número de solicitações, a Instituição solicitou, ainda em 2015, uma revisão *prudente* dos acordos de cooperação da Casa de Milheirós e Centro Comunitário de Vila Nova da Telha. No primeiro caso pretende-se manter o número de Utentes abrangidos por acordo, mas alargando para 3 o número de serviços prestados a 20 dos 36 Utentes a quem se presta

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' at the top right, and other illegible marks.

atualmente 2 serviços; no segundo caso, pretende-se alargar de 20 para 30 o número de utentes abrangidos por acordo. O pedido encontra-se em apreciação no Centro Distrital de Segurança Social do Porto.

Outras das respostas alternativas à institucionalização é o Centro de dia, definido como “uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar”. A Misericórdia da Maia manteve em funcionamento sete Centros de Dia para Idosos (Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, Guarda, Crestins, Pedrouços, Silva Escura, Santa Maria de Avioso e Casa de Milheirós). Para além da satisfação de necessidades básicas, como a alimentação, o Centro de Dia proporciona atividades de animação, culturais, recreativas e de promoção do bem-estar físico e intelectual, procurando valorizar a experiência de vida de cada idoso, incentivando-o a participar em atividades da sua preferência. São um importante contributo para a qualidade de vida do idoso, mas também um importante apoio às famílias que deles não possam cuidar durante o dia.

A abertura de novas respostas similares mas sem regulamentação específica (nomeadamente os Centros de Convívio), algumas das quais da iniciativa de Juntas de Freguesia, tem colocado crescentes dificuldades ao preenchimento da totalidade das vagas nos Centros de Dia da Misericórdia, que acolheram em 2015 uma média de 168 Utes.

Como resposta de institucionalização, a Misericórdia dispõe da **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos)**, em dois locais: Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, com cinquenta Utes, trinta deles abrangidos por acordo de cooperação e vinte não abrangidos por acordo de cooperação, e *Casa de Milheirós*, com 16 Utes, sendo 14 abrangidos por acordo de cooperação (destes 14, 2 Utes constituem a chamada *quota* da Segurança Social, sendo selecionados pelos serviços deste Organismo).

Para além da vertente de alojamento e satisfação das necessidades básicas, esta resposta social procura proporcionar segurança, conforto e bem-estar, para que os idosos sintam que aquele é verdadeiramente o seu *Lar*. Promove igualmente o envelhecimento ativo, proporcionando a participação em atividades manuais, em atividades recreativas, culturais e desportivas, quer no Estabelecimento e envolvendo apenas os Utes desse Estabelecimento, quer no exterior e em intercâmbio com Utes de outros Estabelecimentos desta Misericórdia e de outras Instituições.

7
ce
M. Lopes
il
A

Cada Estabelecimento é um centro de custo autónomo ao qual são imputadas as despesas próprias e uma parte dos custos de utilização de serviços comuns, nomeadamente dos serviços administrativos da Sede. Têm como receitas:

- As participações dos Utentes, cujo valor é estabelecido em função do rendimento *per capita* dos respetivos agregados familiares (a regra de cálculo aplica-se igualmente aos Utentes não abrangidos por acordo de cooperação). Excetua-se aqui o Lar de Idosos: no caso dos Utentes abrangidos por acordo de cooperação pode acrescer uma participação dos familiares, calculada em função da sua capacidade económica, enquanto que no caso dos Utentes não abrangidos por acordo de cooperação a fixação da mensalidade é livre, não podendo, porém, atingir os valores praticados na rede lucrativa;
- As participações pagas pelo Estado no âmbito dos acordos de cooperação com o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, de valor fixo por Utente, podendo ainda acrescer uma participação adicional, no caso dos Utentes de Lar de Idosos comprovadamente em situação de dependência de 2º grau. Para além de não haver participação no caso de Utentes não abrangidos por acordo, a participação dos dois Utentes de Lar em *reserva de quota da Segurança Social* corresponde apenas à diferença entre o valor estipulado no Protocolo de Cooperação anual e o valor de participação do Utente e familiares.

Também estas respostas sociais funcionam dentro do quadro legal ou regulamentar aplicável e em obediência ao respetivo regulamento interno, procurando desenvolver as atividades previstas no plano de atividades anual de cada Estabelecimento.

Para além das atividades já tradicionais (apoio psicológico por Técnico da Instituição, visitas a romarias e ao Santuário de Fátima, participação nas atividades do coro *Cor da Voz*, sardinhas dos santos populares, jogos de *Boccia* no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, III Encontro de Danças Seniores e participação nas exposições *Natal no Jardim*, *Jardim nas Carrelas* e *Mostra de Espantalhos*, Jogos Inter-Freguesias e os Jogos Desportivos da Maia, organizados pela Câmara Municipal da Maia, sessões de esclarecimento sobre burlas e cuidados de saúde, entre muitas outras), permitimo-nos destacar as aulas de informática, os mini - concertos proporcionados por Utentes de vários Centros de Dia às crianças dos Infantários da Instituição, as sessões de terapia com animais, as vendas de Natal (tradicionalmente da Casa de Milheirós com o Infantário local, mas também outras fora das instalações da Instituição, nomeadamente

no ISMAI e no CICCOPN) e finalmente o lançamento do Jornal com o sugestivo título “O nosso tempo é agora”, pelo Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, contendo, para além de artigos de opinião da autoria de Técnicos da Instituição, curiosidades, reportagens sobre as atividades do Lar, poesias e entrevistas, da responsabilidade dos próprios Utentes.

Também aqui a Instituição contou com a ajuda dos parceiros no sentido da renovação dos equipamentos e da reparação e beneficiação dos equipamentos. Destaca-se aqui o donativo concedido pela Fundação Montepio, que permitiu a aquisição de equipamento para criação de uma sala de estimulação multissensorial (sala de snoezelen) no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, cujo início de funcionamento se prevê para março de 2016.

Mas, essa intervenção resultou sobretudo de um enorme esforço efetuado pela Misericórdia, destacando-se, não só por os respetivos edifícios, com áreas extensas, serem propriedade da Instituição, mas também por albergarem a resposta Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, que funciona 24 horas por dia e 365 dias por ano, gerando pois incomparavelmente maior desgaste, as reparações e aquisições de equipamentos para Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho e Casa de Milheirós. Promoveu-se desde a renovação de coisas tão simples como utensílios de cozinha até à aquisição de televisores, máquinas de lavar roupa e aparelhos médicos em ambos os Lares, da instalação de ar condicionado na capela e sala de psicomotricidade (Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho) à aquisição de gerador para a Casa de Milheirós, da revisão da sinalética à renovação dos sistemas de segurança (nomeadamente com instalação de novas portas corta-fogo e do sistema de chamada de emergência nos quartos) e à substituição de duas viaturas usadas por 2 novas, para uso no Serviço de Apoio Domiciliário (no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho).

INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Esta é uma área de intervenção na qual as dificuldades dos indivíduos e famílias, a pobreza e a exclusão social faz-se sentir não através da redução dos valores de participações pagas à Instituição ou na dificuldade de pagamento (até porque quase todas as atividades são gratuitas), mas sim através do aumento dos pedidos de ajuda, a nível de fornecimento de alimentação, de vestuário, mobiliário e equipamentos para o Lar, entre outros.

O Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro continuou a prestar apoio alimentar (cerca de 3010 cabazes de produtos básicos a cerca de 250 famílias), apoios a nível de vestuário, fraldas, medicamentos e mobiliário (cerca de 75 apoios) acompanhamento a consultas, tratamento de

7
Luís Lopes
ac
Hil

roupas e banhos a indivíduos sem residência ou sem retaguarda familiar (cerca de 1010 banhos e 1068 tratamentos de roupa, com um universo regular de 17 cidadãos) proporcionando também atividades de ocupação, procurando combater a exclusão mas numa perspetiva integradora que combata a *subsidiodependência*. O **Centro de Tempos Livres (CTL)** para crianças e jovens, promoveu o apoio ao estudo, ténis, natação, futsal e outros, visando não só a ocupação de tempos livres, mas também a assimilação de regras de comportamento e integração social e prevenção e comportamentos desviantes, embora a partir de Setembro a intervenção esteja limitada aos períodos de interrupção letiva. Destaca-se aqui a parceria no âmbito da prática do ténis, com a *Academia dos Champs*, cujos alunos estiveram no Estoril Open de Portugal. Um Utente do Centro foi distinguido com o prémio de mérito de melhor aluno, por esta Academia. O **Gabinete de Psicologia**, com cerca de 25 Utentes, continuou a sua intervenção juntos dos Utentes dos outros serviços do Centro, mas também aberto à comunidade. Sob a tutela deste Centro Comunitário, continuou a funcionar no Centro Comercial Venepor a Loja Social *Mundos e Fundos*, através da qual artigos doados são revalorizados e comercializados a preços módicos. A equipa *Holly Team* participou na competição de Futsal denominada *Liga para a Inclusão Social* (a Misericórdia é fundadora), com outras equipas constituídas por cidadãos marginalizados de várias proveniências.

Nas salas devidamente apetrechadas para formação, foram realizadas ações para Trabalhadores desta Misericórdia, mas também para outros públicos (informática para adultos, essencialmente). E referindo adultos, registamos também o reinício das atividades, em Dezembro de 2015, do Clube Sénior, cuja caracterização recordaremos adiante, a propósito do Centro Comunitário de Vila Nova da Telha.

O *Coro Cor da Voz*, constituído por adultos das respostas sociais da Misericórdia e outro público, prosseguiu as atividades, destacando-se em 2015 as participações no aniversário da Casa da Música e nos encontros musicais do Hospital Magalhães Lemos, realizados na Quinta de Bonjónia, no Porto.

O Centro continuou a assegurar a confeção das refeições, (num total anual de cerca de 3.420) para o projeto de apoio ao domicílio denominado "Vamos até si", da Junta de Freguesia Cidade da Maia e para o Programa de Emergência Alimentar, com o fornecimento de 80 refeições diárias (todos os dias da semana) num total anual de cerca de 29.200 refeições servidas, a cerca

Handwritten notes in blue ink: "7", "Lu. Lopes", "ou", and a signature.

de 62 agregados. As receitas deste serviço são exclusivamente as comparticipações da Segurança Social, de 2,5 € por refeição, estando os beneficiários isentos de pagamento, assegurando a Instituição, sobretudo com os frutos de campanhas de angariação, os complementos necessários à quantidade e qualidade das refeições.

Este Centro Comunitário foi igualmente responsável pela gestão do projeto *As Malatas*, visando a criação de uma Cooperativa de solidariedade intergeracional para a prestação de serviços de apoio ao domicílio. Foram abrangidas 30 mulheres, com a participação de 24 filhos e 9 cônjuges das mesmas. Este Projeto, desenvolvido com cofinanciamento da REN- Redes Energéticas Nacionais (a candidatura obteve em 2014 o segundo lugar no *Prémio Agir*, promovido por aquela Entidade) foi objeto de reportagem num canal nacional de televisão.

Na fração autónoma cedida pela *Espaço Municipal*, onde foi constituída a *Residência Partilhada*, o Serviço de Apoio à Integração do Centro Comunitário acolheu e apoiou 3 cidadãos sem residência, um dos quais atingiu já a autonomia plena, estando outro em preparação para fase de autonomização e o terceiro integrado em instituição para tratamento de alcoolismo crónico.

O Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro é um dos principais instrumentos da Instituição para desempenho do papel que cabe às IPSS de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade, aqui na perspetiva de angariação de apoios para auxílio aos mais carenciados e em 2015, para além do já referido trabalho da Loja Social, promoveu campanhas de recolha de alimentos (angariando cerca de 780 quilogramas) e obteve o apoio da REN-Redes Energéticas Nacionais através da cedência de mobiliário diverso, que foi reencaminhado para outras respostas sociais. Em 2015 estabeleceu uma parceria de destaque com a Ficocables (sediada em Vermoim), do Grupo Ficosa Internacional, que proporcionará apoio às atividades do Centro, garantindo-lhe igualmente meios para prestar apoio aos Trabalhadores daquela Empresa que estejam em situação de carência, cabendo ao Centro Comunitário a seleção, gestão dos processos e entrega dos bens. No desenvolvimento desse protocolo, os primeiros cabazes foram já atribuídos em 2016.

Refira-se finalmente o Gabinete de Inserção Profissional (GIP) sediado neste Centro, ao qual compete promover a divulgação de informação, o encaminhamento dos candidatos para ofertas de emprego e formação profissional, o apoio na inserção profissional de jovens e

7
mu. 20/01
ac

desempregados de longa duração e o fomento do empreendedorismo. O quadro de pessoal é constituído por um Sociólogo, com a função de animador de emprego, afeto exclusivamente a esse serviço. Terminado o prazo de vigência da respetiva autorização de funcionamento, o GIP, mercê do trabalho anteriormente desenvolvido e da credibilidade da candidatura oportunamente apresentada, obteve nova autorização pelo período estipulado de um ano, com início a 01 de agosto de 2015, com possibilidade de renovação por mais um ano. Como indicadores do trabalho desenvolvido por este GIP em 2015, poderemos mencionar: 1.472 participantes em sessões de informação sobre medidas e oportunidades de emprego e programas comunitários de apoio à mobilidade; 786 participantes em sessões de apoio à procura de emprego e empreendedorismo; 30 ofertas de emprego; 428 desempregados apresentados a ofertas de emprego; 665 pessoas encaminhadas para formação ou medidas de emprego; 863 jovens atendidos e encaminhados no âmbito da medida garantia jovem; 13 pessoas colocadas em ofertas de emprego; 100 utentes em 4 ações de formação em Técnicas de procura ativa de emprego; 1 curso de técnicas comerciais, um curso de técnicas de contabilidade, entre outras. Em 2015 a Animadora de Emprego esteve também destacada (1 dia e meio por semana) nas instalações do Centro de Emprego da Maia. Como Centro de Custo autónomo ao qual são imputadas as despesas do respetivo funcionamento, tem como única receita as comparticipações do Instituto do Emprego e Formação Profissional, de valor inferior ao das despesas.

O **Centro Comunitário de Vila Nova da Telha**, para além do Serviço de Apoio Domiciliário, já referido, presta também apoio através do Programa de Emergência Alimentar, aqui com 65 refeições diárias (65) disponibilizadas de segunda a sexta-feira, (entregando-se neste dia às famílias os géneros alimentícios para estas confeccionarem as refeições no fim de semana).

Também neste Centro funcionou o **Gabinete de Psicologia** e o **Clube Sénior**, resposta social com objetivos e forma de funcionamento algo diferentes do Centro de Dia, pois realiza atividades apenas em alguns dias da semana, promovendo momentos de convívio, ocupação de tempos livres e cultura. Foram também promovidas atividades de ocupação de tempos livres para crianças e jovens, nomeadamente nas férias escolares da Páscoa e no verão. Mais uma vez o Centro, em parceria com a Associação de Atletismo do Porto, coorganizou o Torneio de Atletismo em Pavilhão (já na nona edição).

No Centro Comunitário de Vila Nova da Telha está igualmente sediado um GIP, com objetivos idênticos aos daquele em funcionamento no Sobreiro e cuja autorização de funcionamento caducou igualmente em julho de 2015, sendo novamente concedida após apresentação de nova candidatura. É igualmente um Centro de Custo autónomo ao qual são imputadas as despesas do respetivo funcionamento, tendo como única receita as participações do Instituto do Emprego e Formação Profissional, de valor inferior ao das despesas, e como quadro de pessoal uma socióloga com a função de animador de emprego. Resumindo alguns indicadores da atividade em 2015: 2.052 participantes em sessões de informação sobre medidas e oportunidades de emprego e programas comunitários de apoio à mobilidade; 1.201 sessões de apoio à procura de emprego e empreendedorismo; 59 ofertas de emprego; 428 desempregados apresentados a ofertas de emprego; 391 pessoas encaminhadas para formação ou medidas de emprego; constituição de 10 turmas (cerca de 250 pessoas) de curso de técnicas de procura ativa de emprego. Em 2015 a Animadora de Emprego esteve também destacada (1 dia e meio por semana) nas instalações do Centro de Emprego da Maia. Este GIP de Vila Nova da Telha, apoiado pelos Serviços da Sede, é ainda responsável pela apresentação das candidaturas da Misericórdia a medidas de apoio como os Contratos Emprego Inserção e Inserção, Estágios Profissionais, Estágio Emprego e outros programas no mesmo âmbito.

Como Centro de Custo autónomo ao qual são imputadas as despesas do respetivo funcionamento, tem como única receita as participações do Instituto do Emprego e Formação Profissional, de valor inferior ao das despesas.

Está sediada no Centro Comunitário de Vila Nova da Telha (mas efetuando também atendimento no Centro Comunitário do Sobreiro, a equipa do **Rendimento Social de Inserção**, constituída por quatro Técnicos Superiores (um Assistente Social, um Educador Social e dois Psicólogos) e duas Ajudantes de Ação Direta. Prosseguindo as atividades de acompanhamento de agregados familiares do Rendimento Social de Inserção, foram acompanhados em média mensal 250 agregados (excedendo em 10 agregados o número fixado no protocolo com o Centro Distrital de Segurança Social do Porto). Cabe à Instituição efetuar o diagnóstico da situação familiar dos agregados e elaborar respetivo relatório social, com vista à decisão, que cabe à Segurança Social, de atribuição da prestação e, caso tal suceda, efetuar a negociação, elaboração e acompanhamento da execução do programa de inserção (conjunto de obrigações a cumprir pelo agregado visando a sua inserção social, condição *sine qua non* da manutenção da prestação). Entre as atividades desenvolvidas em 2015, destacamos apenas duas, ambas

7
mu. Lopes
ca
[Signature]

realizadas em abril em parceria com a EAPN-Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, no sentido da promoção do respeito pelas diferenças culturais: o almoço típico de cozinha cigana e o Seminário: "Realidades Ciganas - Conhecer a diferença valorizando a integração", iniciativas cuja realização apresenta especial pertinência tendo em conta o elevado número de agregados de etnia cigana acompanhados pela equipa.

Também os Centros Comunitários constituem, cada um, centros de custos autónomos onde são lançadas as despesas próprias e uma proporção dos custos de utilização de serviços comuns, designadamente dos serviços administrativos da Sede, tendo como receitas:

- as participações dos Utentes, nos casos em que os serviços são comparticipados (Clube Sénior, Gabinete de Psicologia, Centro de Atividades de Tempos Livres e Residência Partilhada, refeições no âmbito do "vamos até si");
- as participações pagas no âmbito dos acordos de cooperação (atípicos, com uma participação global e não uma participação por Utente) com o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Porém, para além do Serviço de Apoio Domiciliário, são abrangidos por protocolo e financiamento específicos distintos daqueles dos Centros Comunitários e sem participação dos Utentes, os GIP, o Programa de Emergência Alimentar e o Rendimento Social de Inserção, para além dos outros apoios mencionados a nível, alimentar, de roupas, etc..

Em Parceria com a Câmara Municipal da Maia e o apoio das Juntas de Freguesia de Pedrouços e Águas Santas, prosseguiu o apoio alimentar gerido pelo **(Re)Criar – Centro de Apoio à Comunidade**, sediado em Pedrouços, garantindo o atendimento e encaminhamento das necessidades de apoio alimentar, a organização e campanhas de angariação e a gestão dos processos do FEAC – Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados e do Banco Alimentar Contra a Fome, bem como a atribuição de cabazes adquiridos com o subsídio concedido pela Câmara Municipal da Maia. A intervenção, em 4 pólos (Sede do *(Re)Criar*, Centro Comunitário de Vermoim/Sobreiro, Centro Comunitário de Vila Nova da Telha e Junta de Freguesia Cidade da Maia, através do SAC - Serviço de Apoio ao Cidadão), abrangeu em 2015 1.139 famílias (3.072 indivíduos). No *(Re)Criar* funcionou igualmente um **Clube Sénior**, com 17 utentes, com atividades regulares realizadas 3 dias por semana (cerca de 141, no total do ano): ginástica sénior, jogos e dinâmicas pedagógicas, expressão plástica e expressão corporal e atividades de

orientação livre. Foram realizadas igualmente atividades pontuais, algumas em conjunto com outras respostas sociais desta Misericórdia (visitas diversas, rastreios de saúde, colónia balnear, comemoração de datas festivas, etc.).

2015 foi o ano do termo legalmente definido para a duração do projeto *Bué D'Escolhas- e5g*, promovido, no âmbito do *Programa Escolhas 5ª Geração*, pela Câmara Municipal da Maia e gerido pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, entidades que integram um consórcio com mais 14 entidades (entidades públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas). As atividades do projeto integram o chamado *Espaço Jovem* (intervenção socioeducativa e apoio psicopedagógico diários a crianças e jovens do 5.º ao 9.º ano, bem como desenvolvimento de atividades lúdico-pedagógicas nas interrupções letivas para todas as faixas etárias, abrangendo crianças e jovens oriundos das freguesias de Pedrouços e Águas Santas, acompanhando uma média de 80 crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos), mas também orientação Psicossocial e Pedagógica, a mediação familiar, as visitas domiciliárias e a intervenção de cariz pedagógico. A síntese das atividades deste projeto no ano de 2015 é quanto a nós esclarecedora:

Indivíduos Totais	849
Destinatários Diretos	227
Destinatários Indiretos	622
Taxa de Execução Global Acumulada	98%
Taxa de Execução Anual 2015	118%
Sessões Realizadas (atividades)	4112
Taxa de sucesso escolar total (referente aos jovens que participam em todas as atividades do projeto)	42,85%
Taxa de sucesso escolar regular (referente aos jovens que participam nas atividades que concorrem diretamente para o sucesso escolar)	90,76%

O quadro de pessoal deste projeto, integrou dois Técnicos com contrato de trabalho, (um dos quais coordenou), mas também prestadores de serviços, designadamente para a dinamização do Centro de Inclusão Digital, dinamização comunitária, de sessões de expressão dramática, capoeira e dança.

7
mu. José
de
Lil

No final de 2015, a Câmara Municipal da Maia, em colaboração com a Misericórdia, apresentou nova candidatura ao Programa Escolhas, desta vez para a 6ª Geração. A candidatura foi aprovada em janeiro de 2016 e as atividades iniciar-se-ão em breve, uma vez que o Protocolo foi assinado em fevereiro. Mais uma vez a Câmara será a Entidade Promotora e a Misericórdia terá funções de gestão.

Em setembro de 2015, terminou também a iniciativa iniciada em 2014 e denominada *Chefs de Família (Cabaz _Capaz)*, que foi financiada com 2.500,00 € pelo Programa Escolhas, após ter sido eleita com uma das trinta melhores de entre as 156 a nível nacional, apresentadas à edição de 2014 do *Concurso de Ideias Mundar - Muda o Teu Mundo*. Visou-se minimizar o desperdício de alimentos recebidos pelas famílias carenciadas e apoiá-las na gestão e rentabilização dos alimentos e na confeção de refeições saudáveis e criativas.

O (Re)Criar é também um centro de custo autónomo, financiado inteiramente pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, com o apoio da Câmara Municipal da Maia e das Juntas de Freguesia de Águas Santas e Pedrouços, não sendo cobrada participação os Utentes).

O Projeto *Bué D'Escolhas- e5g* foi co-financiado pela Santa Casa da Misericórdia da Maia e pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Entidade Gestora do Programa Escolhas (não é cobrada participação aos Utentes).

O apoio alimentar prestado pela Misericórdia no âmbito do FEAC e Banco Alimentar (na qualidade de Instituição Mediadora) e o recebimento de bens alimentares do banco alimentar para consumo nos Estabelecimentos da Instituição só é naturalmente possível com a solidariedade e empenho dos portugueses, sejam pessoas singulares ou entidades, e a Instituição não deixou de contribuir ativamente para as campanhas de angariação de alimentos, com recursos humanos e viaturas.

A Comissão Restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco da Maia continuou a contar com a colaboração da Misericórdia da Maia, com a disponibilização de um Técnico), o mesmo sucedendo com o Gabinete Local de Atendimento Integrado (GAIL) de

mu. Lopes
ac



Maia Norte. Trata-se de um acréscimo às funções dos Técnicos, sem qualquer comparticipação extra.

A Santa Casa da Misericórdia da Maia continuou a ceder temporariamente cadeiras de rodas e andarilhos (propriedade própria ou do ou do *Rotary Club da Maia*), assim poupando as famílias a um encargo extra com a aquisição ou aluguer desses equipamentos.

Apoio a Cidadãos Diminuídos

Esta atividade da Misericórdia consiste no transporte de cidadãos portadores de deficiência para os respetivos estabelecimentos de ensino ou centros de acolhimento, em parceria com a Câmara Municipal da Maia, que assegura o combustível. Trata-se de um serviço gratuito para os utilizadores, integrado no Centro de Custo Sede, cujas receitas são constituídas pelas participações atribuídas pelo Centro Distrital de Segurança Social do Porto, consistindo as despesas nas remunerações do Motorista e do Ajudante de Motorista, bem como as despesas de manutenção da viatura pesada de passageiros adaptada, propriedade desta Santa Casa.

Outras atividades/acontecimentos relevantes

Como se referiu, o desenvolvimento da atividade da Santa Casa da Misericórdia da Maia, apesar do maior peso relativo dos encargos com pessoal no total das despesas, não deixa de exigir a disponibilidade de uma série de recursos, desde edifícios a máquinas e viaturas e inerentes serviços de reparação, de combustíveis e energia a géneros alimentares, de produtos de higiene e limpeza a serviços de telecomunicações. Neste domínio a estratégia da Instituição continuou a ser a da busca constante dos melhores preços e condições, mas sem prejuízo da qualidade dos produtos e da estabilidade mínima do quadro de fornecedores, essenciais numa prestação diária de serviços, por pessoas e para pessoas, e da rápida resolução dos problemas, nomeadamente a nível de reparações de máquinas, cuja avaria e paralisação rapidamente coloca em causa o funcionamento dos serviços. Para além das já mencionadas obras e aquisições e de muitas outras que é impossível discriminar, referimos apenas no ano de 2015 o contributo da *Maiambiente E.M.*, com a oferta de um veículo (usado) ligeiro de passageiros. Esta estratégia exige uma boa coordenação entre os serviços da Sede da Instituição (responsáveis pelas

encomendas junto dos fornecedores e dos prestadores de serviços) e a coordenação dos vários Estabelecimentos, dificultada pela multiplicidade desses mesmos estabelecimentos e pela sua dispersão geográfica, mas conseguida, para além dos contactos diários, por reuniões periódicas, pela uniformização de ementas, de datas, procedimentos e formas de comunicação (nomeadamente das encomendas) e da avaliação dos fornecedores.

Essa coordenação é procurada também noutros domínios, através de reuniões, nomeadamente da Senhora Provedora, com os Coordenadores e entre estes, sejam reuniões específicas com os coordenadores de cada área de atuação (infância, terceira idade e intervenção comunitária), sejam reuniões gerais com todos os Coordenadores. Nestas últimas, para além de questões de interesse para todo o tipo de respostas sociais, são abordadas as realizações ou iniciativas conjuntas que envolverão os Trabalhadores e/ou os Utentes de todas as áreas de atuação da Misericórdia.

Não possuindo a Instituição nenhum Serviço ou profissional especificamente votado a essa tarefa, a Misericórdia da Maia continuou atenta às oportunidades de candidatura a programas de apoio, a prémios e iniciativas ou mesmo de ofertas de empresas, das quais pudesse resultar algum apoio para as atividades da Instituição, melhoramento nos edifícios, equipamentos e materiais ou para o conforto ou bem-estar dos Utentes.

Num mundo cada vez mais global e interligado, em que a resolução dos problemas exige cada vez mais uma resposta integradora e especializada, a partilha de saberes e recursos entre entidades públicas e privadas é fundamental. A Santa Casa da Misericórdia da Maia prosseguiu essa longa tradição. Mantiveram-se as parcerias imprescindíveis com o Instituto de Segurança Social, I.P./Centro Distrital de Segurança Social do Porto, o Ministério da Educação e as entidades da Administração Local, mas merecem sempre destaque também as estabelecidas com o IEFP-Instituto do Emprego e Formação Profissional, no âmbito dos GIP's e das medidas de fomento da empregabilidade e formação profissional.

A parceria com o Instituto de Emprego Profissional permite a ocupação de cidadãos em tarefas que não correspondem a postos de trabalho vagos mas que permitem à Instituição a realização de novas atividades em modelo experimental, permitindo aos cidadãos abrangidos, para além de um acréscimo pecuniário, realizar uma atividade que muitas vezes faz parte das suas obrigações no âmbito das prestações sociais que recebem, bem como a aquisição de competências e

7
S
mu. Soares
ve
il

conhecimentos importante para a sua valorização profissional e que muitas vezes ajuda na obtenção de emprego, inclusive dentro desta Misericórdia,

Assim, em 2015 terminaram 33 Contratos Emprego Inserção ou Inserção (para cidadãos a receber subsídio de desemprego ou rendimento social de inserção) e iniciaram-se 36 Contratos Emprego Inserção + e 6 Contratos Emprego Inserção. Após o termo dos contratos findos em 2015, foram admitidos pela Instituição 7 cidadãos para postos de trabalho entretanto deixados vagos.

Decorreram em 2015 6 estágios profissionais (dois dos quais terminaram já em 2016), tendo posteriormente ocupado postos de trabalho que vagaram temporariamente 3 dos profissionais abrangidos.

A Misericórdia da Maia colabora igualmente com Escolas, Universidades e Centros de Formação, essencialmente para a realização de estágios curriculares ou formação em contexto de trabalho, tendo em 2015 acolhido 48 estagiários, em cooperação com 15 Instituições. No final da formação, 7 estagiários foram contratados pela Instituição.

No âmbito do protocolo com a Direção Geral de Reinserção Social, a Santa Casa da Misericórdia da Maia continuou a colaborar na execução de penas substitutivas da perda de liberdade aplicada a cidadãos condenados em penas reduzidas, tendo em 2015 permitido a realização nos seus Estabelecimentos de 4.697 horas de trabalho a favor da comunidade (o número de horas tem vindo a aumentar ano após ano, tendo mais que duplicado desde 2014).

Em 2015 e para além dos Membros dos Corpos Sociais e do Capelão, colaboraram com a Instituição, em voluntariado regular, 13 voluntários. A integração do trabalho voluntário é também papel da Instituição, mas este deve corresponder a propósitos altruísticos e a delicadeza do trabalho da Misericórdia exige uma cuidada seleção dos candidatos.

Em 2015 não houve aumentos gerais das remunerações dos Trabalhadores ao serviço desta Misericórdia (à exceção dos decorrentes da progressão na carreira). Foram proporcionadas aos Trabalhadores cerca de 1. 800 horas de formação em horário de trabalho, a cerca de 169 trabalhadores, para além da dispensa do serviço para frequência de aulas e prestação de provas de avaliação ao abrigo do estatuto de trabalhador estudante, bem como da dispensa para realização de formação organizada por outras Instituições.

Handwritten signature and initials:
M. Soares
ae
[Signature]

Após autorização dada em Assembleia de Irmãos, a Misericórdia adquiriu um terreno à face da Estrada Nacional 14, junto ao acesso ao Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho a partir desta via, com o objetivo de obter um melhor arranjo paisagístico da zona e melhor enquadramento com o logradouro do Estabelecimento, melhorar a acessibilidade ao Lar e a segurança no acesso desde o Estabelecimento à Estrada Nacional. Está em fase de estudo a solução urbanística adequada à concretização desses objetivos.

Em 2015 terminou finalmente o processo judicial movido à Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., que visava obter a condenação daquela Entidade a celebrar contrato de arrendamento quanto à *parte ampliada* das instaladas ocupadas no prédio onde funciona igualmente a Sede da Misericórdia e solver os correspondentes montantes. A ARSNORTE foi condenada a pagar indemnização correspondente às rendas desde abril de 2009 (data em que terminou o período de isenção fixado no acordo de realização das obras de ampliação) até 31 de dezembro de 2014 e a celebrar contrato com efeitos desde o dia 01 de janeiro de 2015, tendo entretanto já liquidado todos os montantes em dívida.

Como habitualmente, esta Misericórdia participou na Feira de Artesanato da Maia e promoveu a exposição *Natal No Jardim* e a *Mostra de Espantalhos*, bem como a Caminhada Solidária (2ª edição).

Foi entregue a Bolsa de Estudo Prof. Doutor José Vieira de Carvalho, no montante de 1.000,00 € e ainda 7 Bolsas ou Menções Honrosas no montante de 250,00 € cada. Na mesma data foi homenageado um Irmão que completou 60 anos de filiação e 15 Funcionárias que em 2015 completaram vinte anos ao serviço da Instituição.

A Santa Casa da Misericórdia da Maia é uma Instituição com personalidade jurídica canónica e os valores cristãos inspiram toda a sua Obra. Mas, para além disso, embora a Instituição não disponha de Igreja própria, não deixaremos de mencionar algumas atividades culturais e religiosas. Assim, para além da Missa semanal celebrada na Capela do Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho pelo Capelão da Misericórdia, registamos a Missa que sempre antecede as comemorações do dia Internacional do Idoso, bem como a deslocação ao Santuário de Fátima, a Procissão de Velas no encerramento do mês de Maria (realizada no Lar Prof. Doutor José Vieira de Carvalho), a representação da Instituição pelos Irmãos nas procissões do Senhor dos Passos,

do Corpo de Deus, de Nossa Senhora do Bom Despacho, Nossa Senhora da Maia e Nossa Senhora da Saúde, bem como as Exéquias anuais, no mês de novembro, por alma de todos os Benfeitores e Irmãos Falecidos. Em dezembro, a Instituição participou igualmente na Abertura Solene da Porta da Misericórdia, cerimónia que marcou a abertura oficial do ano Santo do Jubileu Extraordinário da Misericórdia, que se celebra neste ano de 2016.

Em Assembleia de Irmãos realizada a 27 de junho de 2015, os Irmãos aprovaram a **revisão do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Maia**, no cumprimento da determinação imposta a todas as IPSS pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, que procedeu à revisão do Estatuto Particular das Instituições de Solidariedade Social aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro. Apresentado o documento ao Paço Episcopal, foram por este Órgão requeridas algumas alterações, que a Instituição introduziu e aprovou em Assembleia Geral de 26 de setembro de 2015 e submeteu à aprovação da Diocese, que as aprovou em 05 de outubro de 2015. Enviados os documentos ao Centro Distrital de Segurança Social dentro do respetivo prazo, o registo junto da Direção Geral da Segurança Social em 12 de fevereiro de 2016.

Em 2015, representantes da Santa Casa da Misericórdia de Macau visitaram a Creche Santa Luzia e a Casa de Milheirós, com o objetivo de apreciar modelos de gestão e funcionamento a adaptar àquela Misericórdia. O encontro foi considerado extremamente profícuo e foram solicitados à Misericórdia alguns modelos utilizados na Instituição.

Finalmente, regista-se a homenagem prestada à Senhora Provedora, pelo *Rotary Club de Águas Santas Pedrouços*, que a elegeu como **Profissional do Ano**. A Senhora Provedora aceitou a distinção em nome dos seus antepassados, cuja vida foi marcada também por um percurso no trabalho solidário, em nome das saudosas personalidades que marcaram a história da Misericórdia e em nome dos Irmãos e Trabalhadores que vão assegurando o desenvolvimento da Obra desta instituição.

AGRADECIMENTOS

"O setor social e solidário, representado pelas misericórdias, instituições de solidariedade social e mutualidades, vulgo Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), tem assumido uma posição de enorme preponderância no estabelecimento e desenvolvimento de um conjunto de respostas sociais, em todo o território nacional, alicerçado no quadro axiológico da solidariedade social e desenvolvendo -se num modelo de atuação que é revelador de uma

abordagem mais humanista, mais próxima, menos dispendiosa para o estado e mais benéfica para os cidadãos.”

A realidade a que se refere este trecho do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro (que procedeu à revisão do Estatuto Particular das Instituições de Solidariedade Social), decorre do trabalho voluntário e não remunerado prestado nas Instituições, desde logo pelos seus Dirigentes, que assumem responsabilidades enormes e sacrificam as suas vidas pessoais e familiares, na diferente filosofia do setor social, não baseada no lucro mas assente na solidariedade, mas também na conjugação de esforços e vontades entre os vários atores da sociedade que as Instituições conseguem congregar, seja através de parcerias, seja através de donativos diversos.

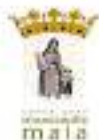
Agradecemos pois aos nossos interlocutores nas entidades de fiscalização e acompanhamento, nomeadamente no Centro Distrital de Segurança Social, pela postura leal e de colaboração assumidas, bem como aos Trabalhadores e Dirigentes de outras entidades parceiras, tais como a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e o Instituto do Emprego e Formação Profissional, bem como aos representantes da Igreja quer na Diocese quer nas nossas Paróquias.

Sem prejuízo de uma ou outra referência particular que pontualmente fomos fazendo neste documento quando se justificasse, não é possível e seria injusto destacar algumas de entre todas as ofertas recebidas pela Instituição no ano de 2015 de Particulares e Empresas, a quem sempre fazemos questão de agradecer no momento próprio, pedindo perdão por alguma falta que tenhamos cometido.

Porque a solidariedade começa e termina *em casa*, não poderemos deixar de agradecer também aos Membros dos Corpos Sociais, aos Irmãos que continuam a acompanhar a Instituição neste seu percurso de solidariedade e amor ao próximo e aos Trabalhadores da Instituição em geral, cuja dedicação não corresponde ao mero exercício de uma profissão que bem gostaríamos - assim houvesse condições financeiras - de remunerar melhor, mas assumiu um espírito de missão.

A todos aqui deixamos a expressão do nosso sentido agradecimento e penhorada gratidão!

Maria Luísa Almeida Polb Star
Manuel José Monteiro do Santos
Manuel Jesus Lopes
Albina Vieira de Carvalho
~~Luís António Dias de Oliveira~~
Man. José Rebelo
Miguel Freitas



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Lu. Lopes' and the letters 'ac'.

RELATÓRIO DE GESTÃO

8
Luís
ac
14
17

INTRODUÇÃO

Os últimos anos foram marcados por grandes dificuldades para as famílias e também para as instituições. A Santa Casa da Misericórdia viu de forma clara o impacto que a austeridade imposta pela difícil situação conjuntural teve no seu quotidiano, com os encargos a crescerem mas a aumentarem também as dificuldades para a obtenção de receitas suficientes para suprir as necessidades.

O ano de 2015, como se irá observar, foi um ano em que alguns indicadores positivos se fizeram notar, dando ânimo para encarar o futuro. É um exercício que marca uma inversão nos resultados que vinham a diminuir ano após ano e que apresentam agora um comportamento diferente. Este objetivo alcançou-se graças ao facto de as receitas terem evidenciado um crescimento bastante superior ao dos gastos, pese embora exista um contributo relevante de receitas de natureza extraordinária.

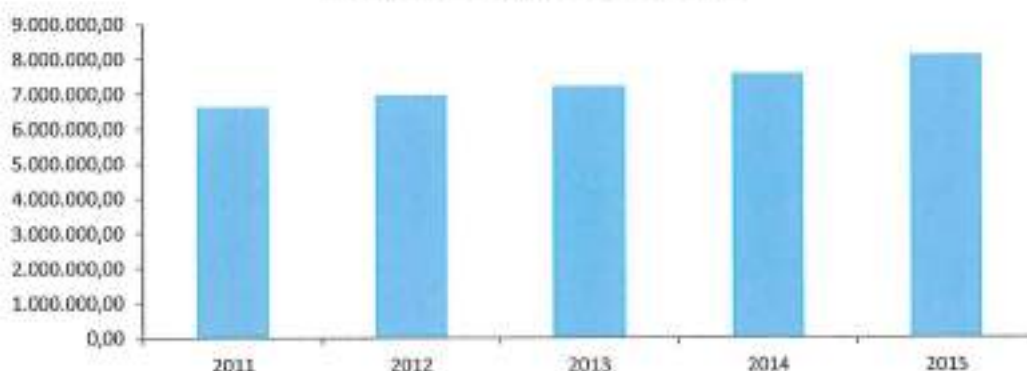
Por outro lado, não se observaram factos que tenham tido uma relevância particular, sendo que as estruturas de rendimentos e gastos da Misericórdia apresentam um comportamento muito semelhante ao dos anos anteriores.

J. G. Lopes
ac
[Signature]

1- EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

O ano de 2015 caracteriza-se, de um ponto de vista da evolução da atividade mensurada pelo total de receitas, por um crescimento face ao ano anterior, dando continuidade à evolução que se tem observado nos últimos exercícios.

Evolução do volume de actividade



Depois de em 2014 se ter verificado a abertura em pleno da Casa de Milheirós e da nova creche em Ponte de Moreira (Creche Santa Luzia), que justificou em boa parte o acréscimo verificado nos rendimentos, esta tendência de crescimento não se inverteu. Importa referir que o crescimento dos rendimentos, como se irá analisar com mais detalhe mais à frente, foi transversal às principais rubricas de ganhos, com a prestação de serviços a aumentar em cerca de 3,8%, as participações e subsídios a crescerem mais de 8% e os outros rendimentos e ganhos, com o maior crescimento relativo, a observar um aumento superior a 30%.

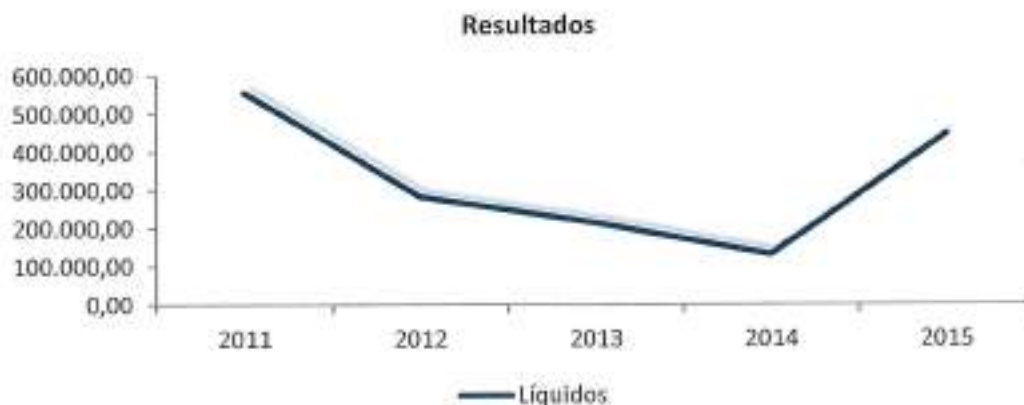
De uma forma global, o total de rendimento alcançado em 2015 foi superior ao de 2014 em cerca de 7%.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Neste exercício de 2015 observa-se também um crescimento dos gastos, algo que se entende de certa forma como natural, dada a evolução dos preços e também o evoluir positivo da atividade da Misericórdia. Contudo, o crescimento nos gastos revelou-se menos do que proporcional à variação dos rendimentos, como se consegue observar no gráfico seguinte:

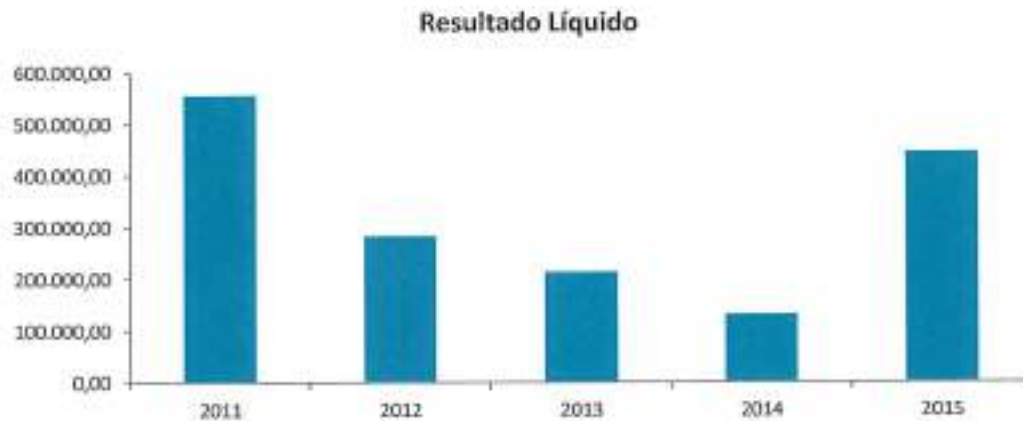


Pese embora ambas as grandezas revelarem uma tendência de crescimento ao longo dos últimos anos, é possível vislumbrar uma maior distância entre rendimentos e gastos, com vantagem para os primeiros, neste ano que findou. Naturalmente, este maior hiato entre ganhos e perdas, originou uma variação positiva com maior relevância:



Handwritten signature and initials in blue ink.

Assim, o exercício económico de 2015 terminou com um resultado líquido positivo de **446.414,63 euros** (quatrocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e catorze euros e sessenta e três cêntimos).



Depois de três anos com um decréscimo bastante acentuado do resultado líquido do exercício da SCMM, constituindo uma das mais fortes evidências da crise económica e social que abalou o nosso país nos últimos anos, o ano 2015 revelou uma inversão dessa tendência.



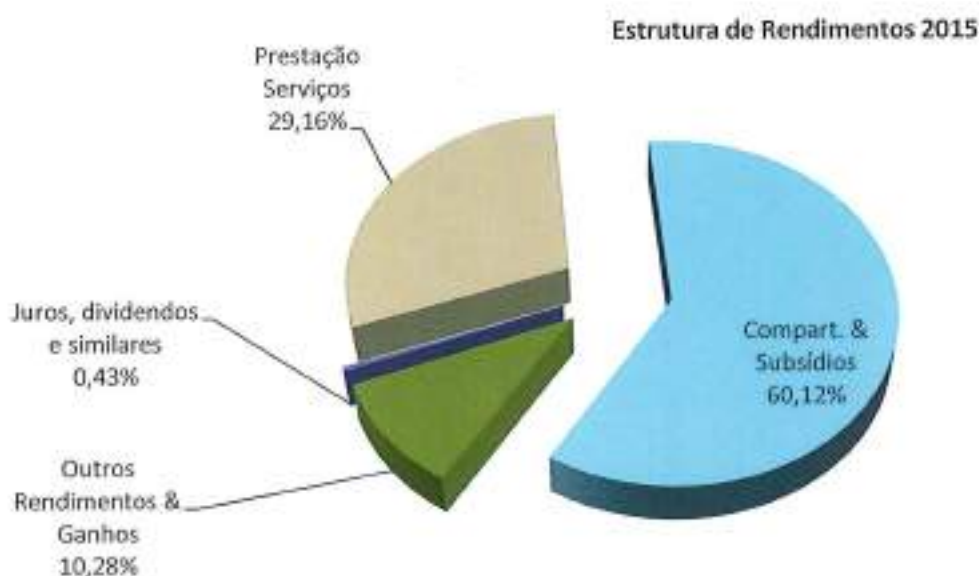
Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'me', 'Lopes', 'ac', and 'Lil'.

RENDIMENTOS & GASTOS

[Handwritten signatures and initials]

OS RENDIMENTOS

Os rendimentos da Misericórdia da Maia têm apresentado um comportamento bastante estável quanto à sua estrutura. A principal rubrica de ganhos, a de participações e subsídios, onde se encontram os apoios e financiamentos públicos como são exemplo os da Segurança Social, do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) ou da Câmara Municipal, apresentou em 2015 um ligeiro reforço da sua importância. Já a Prestação de Serviços observou um ligeiro decréscimo do seu peso relativo.



As duas rubricas referidas representam uma esmagadora maioria dos rendimentos da instituição, sendo cerca de 90% do total. Os outros rendimentos e ganhos que vemos mais à frente viram também a sua importância crescer, tendo sido bastante relevantes para a variação do resultado alcançado.

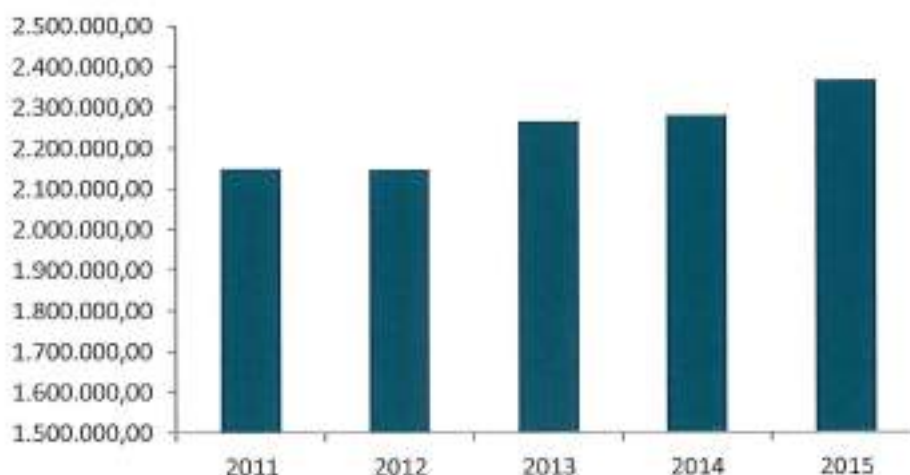


[Handwritten signature]
M. Lopes
ac
L
M

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Sendo a rubrica mais intrinsecamente ligada à atividade operacional da SCMM, e depois de uma diminuição verificada em 2011 e 2012, reiterou este ano a alteração de comportamento, uma vez que pelo terceiro ano consecutivo revela um crescimento. Este desenvolvimento justifica-se mais pelo aumento de utentes do que por um aumento de mensalidades, notando-se nesta rubrica a influência da Creche de Santa Luzia, uma vez que em 2014 não funcionou durante todo o ano.

Prestação de Serviços



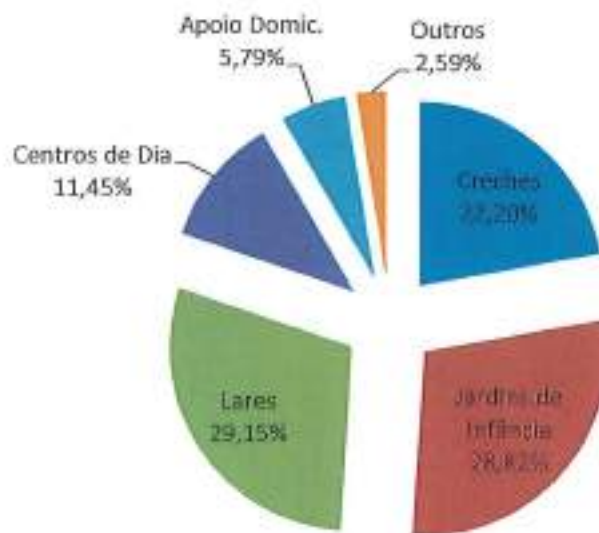
Como se constata na tabela seguinte, a variação das receitas provenientes da valência Creches é aquela que mais influencia o total da rubrica de prestação de serviços. Os ganhos relacionados com os jardins-de-infância revelaram inclusivamente um ligeiro decréscimo, que muito se deve à oferta do sector público, que compete diretamente com a SCMM. As componentes de Lar e Centro de Dia verificaram também um crescimento face ao ano transato.

	2015	2014	Var.
Creches	524 987,51	471 759,97	11,28%
Jardim-de-infância	681 592,90	689 588,87	-1,16%
Atividades tempos livres	33 318,24	32 663,75	-3,91%
Lares	689 222,27	671 743,32	2,60%
Centro dia	270 706,77	257 587,79	5,09%
Apoio domiciliário	136 950,35	132 194,13	3,60%
Apoio domiciliário integrado	0,00	0,00	-
Outros	27 936,11	22 486,61	24,23%
Total	2 364 714,15	2 278 024,44	

*Luís Lopes
ac
Cil
A*

Quanto à importância relativa que cada uma destas componentes representa dentro da rubrica de Prestação de serviços, observa-se que em termos estruturais se tem mantido bastante estável ao longo dos últimos anos. Continua a salientar-se a vertente da infância, cujas mensalidades representam cerca de metade do valor total das prestações de serviços. Seguem-se depois os ganhos provenientes dos utentes de Lar, ainda que o número de utentes seja significativamente menor comparativamente ao número de crianças a frequentar as creches e infantários da SCMM.

Prestação de Serviços 2015



Comparativamente a 2014, observa-se um muito ligeiro reforço do peso relativo da vertente da terceira idade por contrapartida da infância, sobretudo em Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

A estrutura é, contudo, semelhante.



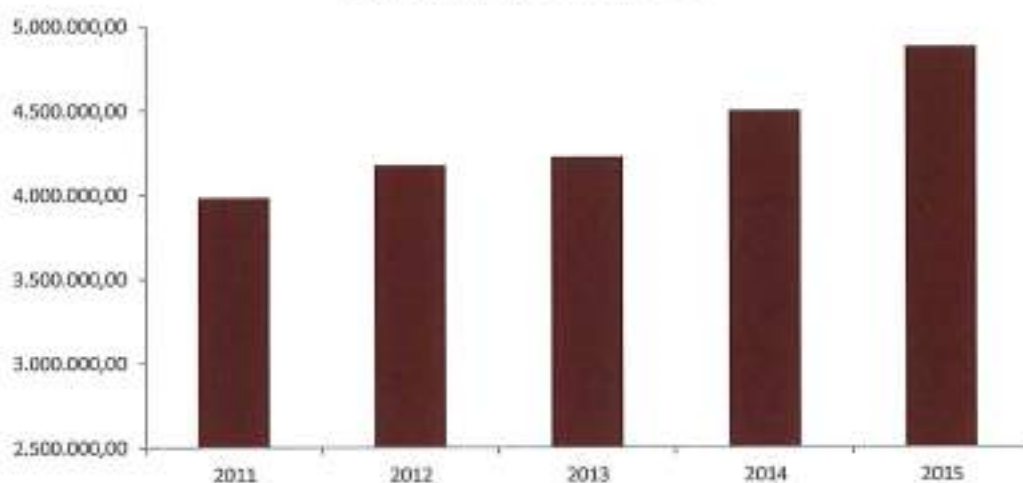
Prestação de Serviços 2014

mu.
Luís
de
Seixas

COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS

Como verificado ao longo de inúmeros anos, esta é a principal rubrica de rendimentos da SCMM, tendo uma importância muito relevante na atividade da Misericórdia. É aqui que estão contabilizados os apoios recebidos da Segurança Social (protocolos de participações para infância e terceira idade) que são vitais para a existência de grande parte das valências da Instituição. Mais uma vez observou um crescimento, acompanhando a evolução positiva da atividade.

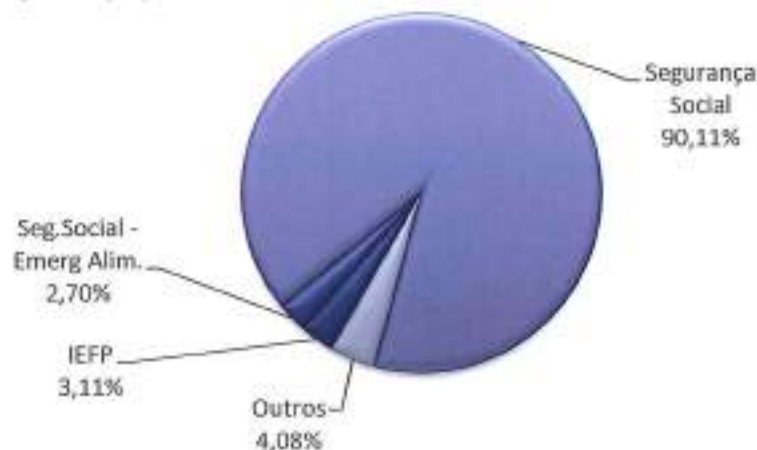
Comparticipações & Subsídios



2011	2012	2013	2014	2015
3 984 753,62	4 175 409,93	4 222 546,54	4 496 962,47	4 874 900,31

No gráfico seguinte pode-se observar a origem dos apoios aqui registados:

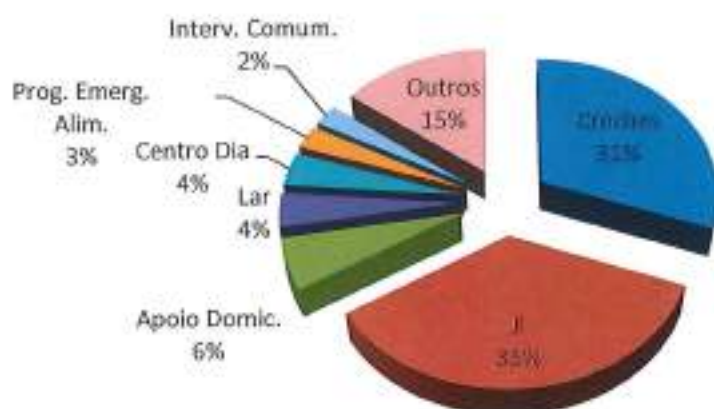
Comparticipações & Subsídios



Handwritten notes:
af
Luís
ae
Lol

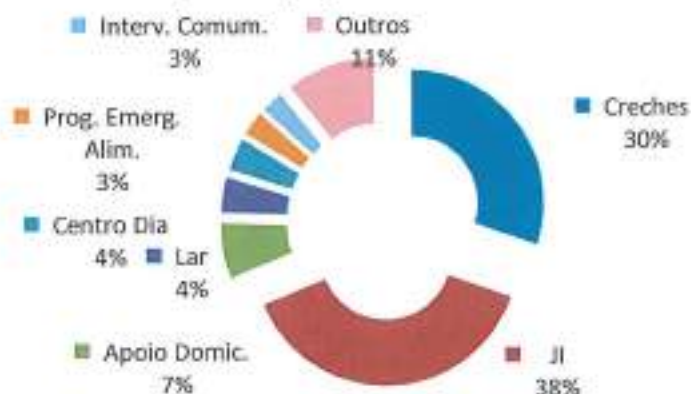
No que concerne ao destino das compartições e subsídios recebidos, observa-se uma tendência semelhante à que verifica com as prestações de serviços. A infância representa o destino de cerca de 66% dos apoios recebidos, seguidos pela terceira idade com 14% divididos por Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário. Importa referir o Programa Emergência Alimentar que aqui se observa uma vez que é a contrapartida dos gastos associados a este projeto.

Comparticipações & Subsídios 2015



Em 2014, a composição apresentava-se similar:

Comparticipações & Subsídios 2014



J
me. Lopes
ac
ca

OUTROS RENDIMENTOS & GANHOS

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos cresceu este ano, como vimos, para cerca de 10% do total dos rendimentos da Misericórdia, sendo composta por rendimentos de diferentes naturezas. O quadro seguinte demonstra as origens dos rendimentos.

OUTROS RENDIMENTOS & GANHOS	
Rendimentos de Imóveis	312 380,03
Cedências diversas	25 873,17
Donativos	35 420,04
Ganhos em inventários	178 391,62
Reembolso IVA	25 499,91
Subs. ao Investimento	214 302,64
Outros	41 367,40
Total	833 234,81

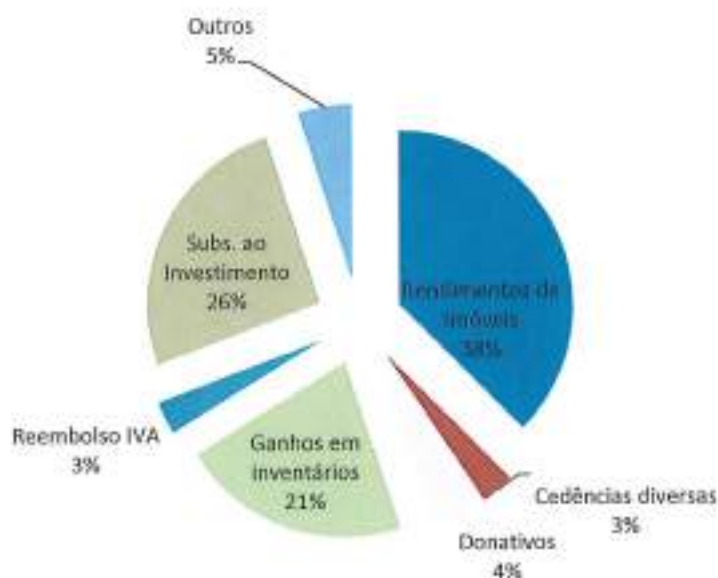
Destacam-se antes de mais os Rendimentos de Imóveis que apresentam um montante bastante significativo, uma vez que a SCMM recebeu este ano o valor de rendas em atraso pela utilização do espaço onde funciona o Centro de Saúde da Maia pela ARS. Naturalmente este valor contribuiu de forma significativa para o resultado alcançado.

Observam-se depois os ganhos em inventários que dizem respeito aos donativos de géneros, com particular relevância para os géneros alimentares doados pelo Banco Alimentar.

Destaca-se também, pelo seu montante elevado, o reconhecimento dos subsídios aos investimentos e que concerne a valores recebidos para aquisição/renovação de diversos equipamentos e espaços da SCMM.

*mu. Lopes
ou
Lep*

De seguida ilustra-se o peso relativo de cada uma das componentes desta rubrica:



Comparativamente a 2014, o quadro seguinte revela as variações observadas:

OUTROS RENDIMENTOS & GANHOS		
	2015	2014
Rendimentos de Imóveis	312 380,03	16 512,00
Cedências diversas	25 873,17	33 252,53
Donativos	35 420,04	39 439,43
Ganhos em inventários	178 391,62	211 156,25
Reembolso IVA	25 499,91	26 745,72
Subs. ao Investimento	214 302,64	251 756,33
Outros	41 367,40	59 502,32
Total	833 234,81	638 364,58

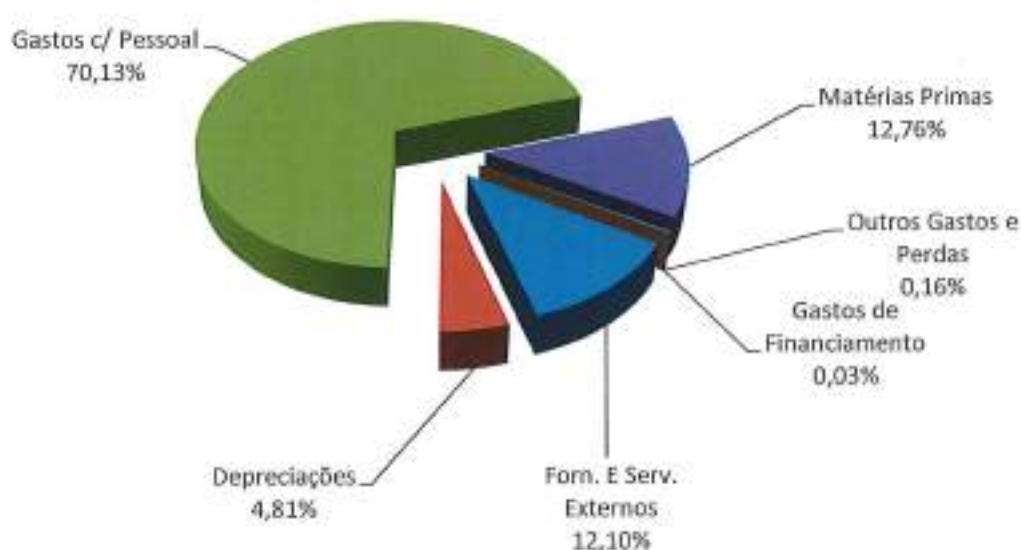
Verifica-se uma diminuição do montante de subsídios ao investimento que se justifica pelo facto de haver montantes que foram já totalmente reconhecidos até ao final do exercício anterior. Nota para o facto de os montantes não diferirem muito de 2014, com exceção dos rendimentos de imóveis.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

OS GASTOS

O gráfico seguinte ilustra aquela que é a estrutura de gastos da Santa Casa da Misericórdia da Maia no ano de 2015. Não se tendo verificado factos de relevância acrescida, não surpreende que mantenha uma composição muito idêntica à dos anos anteriores.

Estrutura de Gastos 2015



No entanto, torna-se importante destacar a evolução dos gastos com pessoal, que ultrapassaram os 70% do total dos custos da instituição, observando um aumento superior a dois pontos percentuais face a 2014 o que, tendo estes já a relevância que têm, se traduz numa variação bastante significativa.

Comparativamente a 2014, observa-se uma diminuição nas matérias primas (géneros alimentares, material clínico, etc), assim como um ligeiro decréscimo nos fornecimentos e serviços externos, onde se incluem gastos com serviços especializados, comunicações, eletricidade, seguros, etc.

Estrutura de Gastos 2014

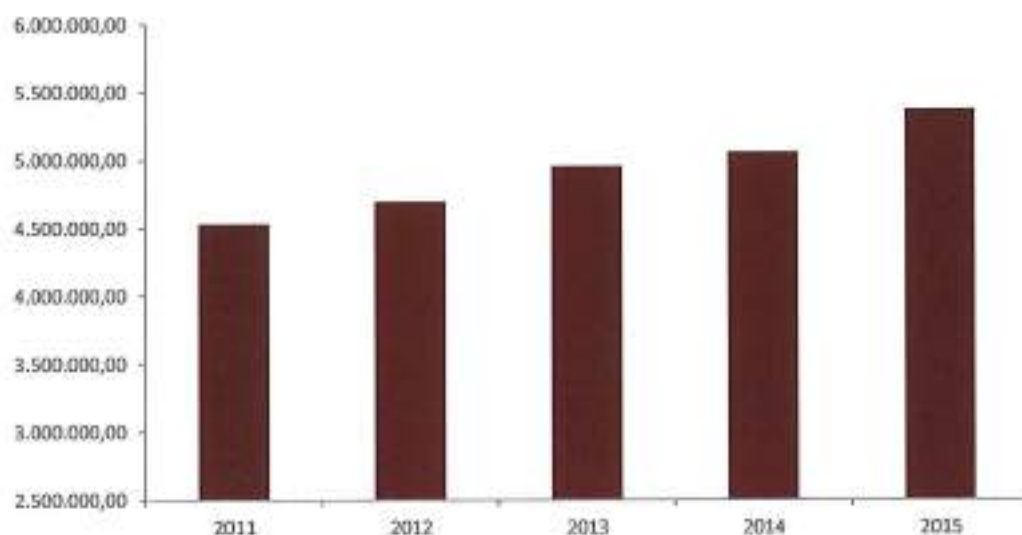


Handwritten signatures and initials:
mu. Lopez
ac
Lil

GASTOS COM PESSOAL

A acrescer ao facto de ser o principal encargo da SCMM, esta é também por natureza uma rubrica pouco flexível uma vez que é constituída por encargos fixos (salários). Ao longo do tempo tem observado um crescimento e o ano de 2015 não foi exceção. Não por que se tenham verificado aumentos salariais (à exceção dos relacionados com o aumento do salário mínimo) mas sobretudo devido ao aumento de pessoal, consequência de novas necessidades (Creche de Santa Luzia, por exemplo), mas também com o aumento de encargos associados ao pessoal (TSU, seguros, por exemplo)

Gastos com Pessoal



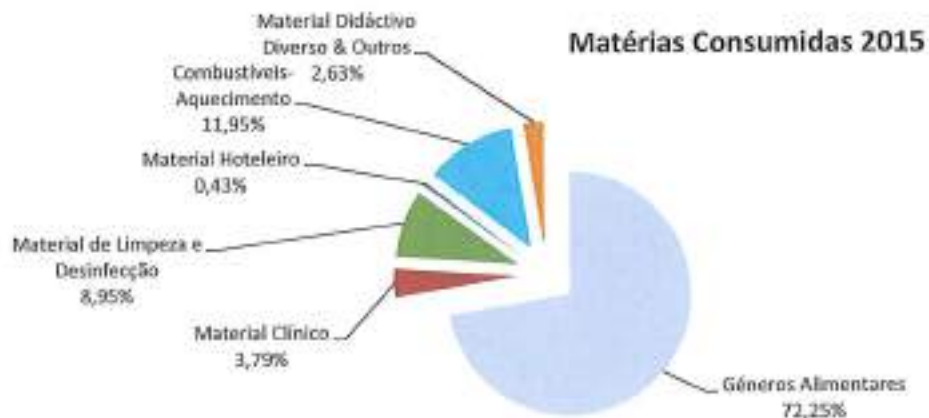
Relativamente a 2014, os gastos com pessoal aumentaram mais de 6%. O quadro seguinte evidencia os montantes de gastos com pessoal durante os últimos anos. Estão aqui incluídas as remunerações pagas ao pessoal, os encargos sociais (segurança social), os seguros de acidentes de trabalho e gastos com formação do pessoal, entre outras de menor relevância.

2011	2012	2013	2014	2015
4 531 950,92	4 698 274,65	4 953 891,86	5 058 090,38	5 372 853,37

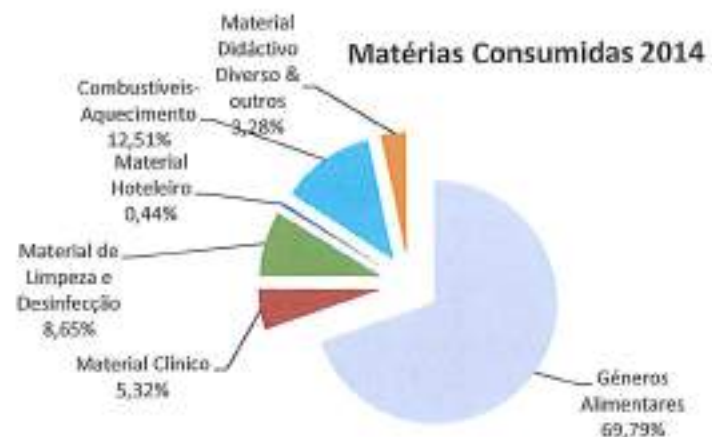
M. Lopes
ac
cl

CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Sendo a segunda mais importante classe dos gastos da SCMM, diz respeito às matérias que são utilizadas no dia-a-dia da atividade: géneros alimentares para as creches, infantários, centros de dia, Lares e Centros Comunitários, material clínico, material de limpeza e desinfeção, combustíveis para aquecimento, entre outras matérias com menos relevância. No gráfico seguinte pode observar-se como se dividem as classes que a compõem, salientando-se os mais de 70% que representam os géneros alimentares.

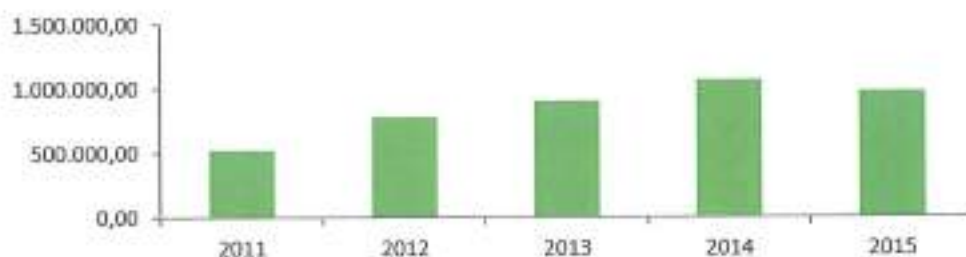


Como se refere habitualmente, os bens alimentares que são oferecidos pelo Banco Alimentar (já mencionados do lado dos rendimentos) têm aqui reconhecido o respetivo gasto. Pese embora inflacione esta rubrica, acaba por não ser



um verdadeiro custo para a SCMM, uma vez que tem a respetiva contrapartida do lado dos proveitos. No gráfico seguinte é possível observar a evolução da rubrica nos últimos anos.

Custo das Matérias Consumidas

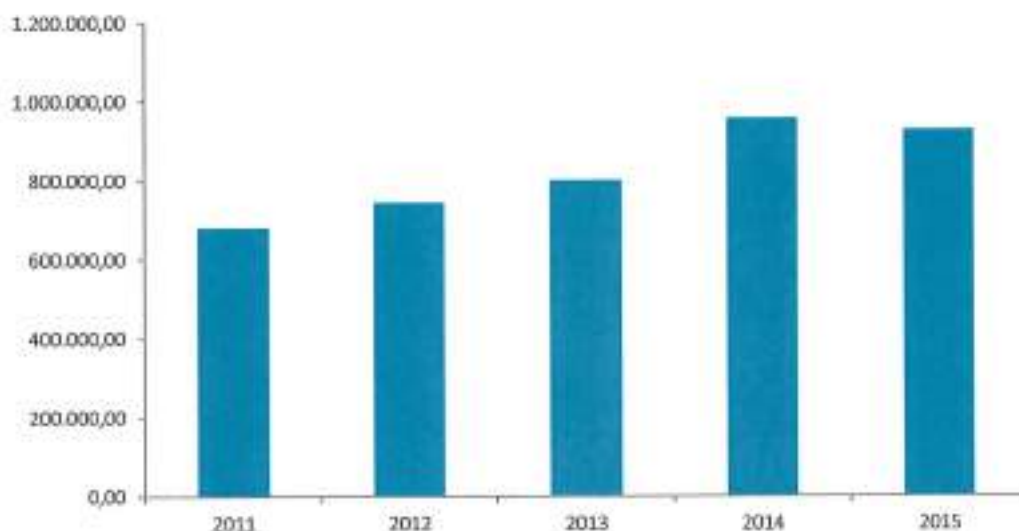


7
Lu. Lopes
ac


FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Com um total muito próximo dos gastos da rubrica anterior, é a terceira com maior peso nos gastos totais da Misericórdia, logo atrás dos gastos com matérias. Aqui incluem-se uma pluralidade de gastos associados à atividade operacional da SCMM. São exemplos os serviços técnicos especializados, as comunicações, os gastos com energias, seguros, honorários de pessoal externo, encargos com a conservação e manutenção de bens e edifícios, encargos com utentes, entre outros.

Fornecimentos e Serviços Externos



No ano de 2015 esta rubrica observou uma inflexão da tendência que vinha a registar nos últimos exercícios, diminuindo cerca de 3% face ao exercício anterior. Este comportamento revela bastante do esforço que tem sido efetuado por todos os que trabalham da Misericórdia para otimização dos recursos existentes.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos FSE ao longo dos últimos anos:

2011	2012	2013	2014	2015
680 552,96	744 329,40	799 951,40	956 344,84	927 405,95

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Lopes', 'ae', and 'W'.

OUTROS GASTOS & OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de Outros Gastos tem um peso relativo bastante reduzido na estrutura da Misericórdia e a maioria dos gastos dizem respeito à normal atividade da Instituição. São eles, gastos relacionados com taxas, donativos da SCMM, multas, etc. Salienta-se que esta rubrica significa apenas 0,16% do total dos custos da Instituição, não tendo qualquer expressão.

Existem também as perdas de cariz financeiro e, uma vez que não existem financiamentos bancários, o saldo financeiro é bastante positivo. Mais uma vez, os encargos financeiros não têm relevância no cômputo global dos gastos.

Handwritten notes in blue ink:
1
6
mu. depois
ac
10/1
A

CÔMPUTO GLOBAL E POSIÇÃO PATRIMONIAL

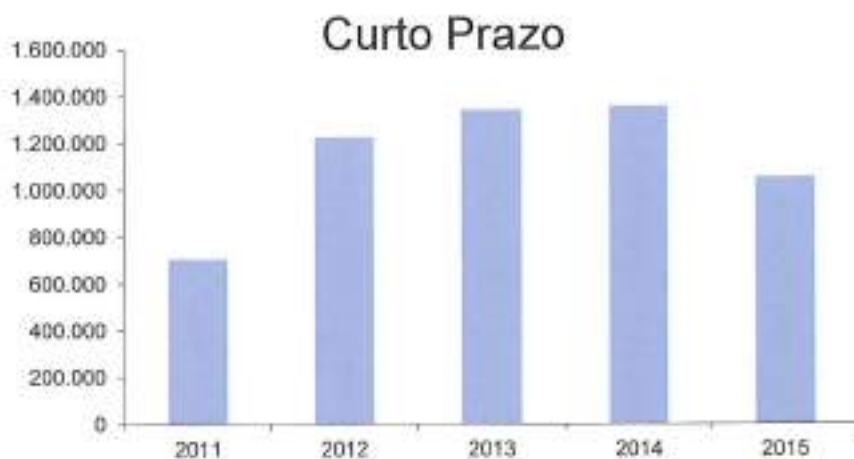
Handwritten signatures and initials in blue ink.

DÍVIDAS A TERCEIROS

DÍVIDAS A TERCEIROS		2010	2011	2012	2013	2014	2015
Médio e Longo Prazo							
Instituições de Crédito		0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas		0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0

DÍVIDAS A TERCEIROS		2010	2011	2012	2013	2014	2015
Curto Prazo							
Instituições de Crédito		0	0	0	0	0	0
Fornecedores c/c		70 593	56 779	77 517	78 898	88 132	77 133
Sector Publico Administ		187 256	190 392	195 617	208 931	228 424	233 910
Outros Credores		462 314	459 039	951 730	1 052 602	1 040 368	743 904
		720 163	706 210	1 224 864	1 340 432	1 356 925	1 054 947

Total dívidas a terceiros	720 163	706 210	1 224 864	1 340 432	1 356 925	1 054 947
----------------------------------	----------------	----------------	------------------	------------------	------------------	------------------

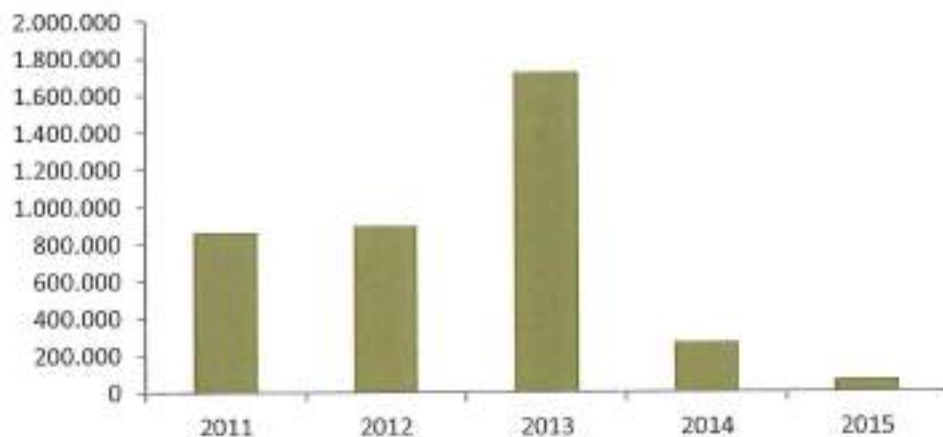


Handwritten notes and signatures:
 7
 ju.
 Lopes
 de
 [Signature]

VARIAÇÃO DO ATIVO FIXO

Variação do ativo fixo (bruto)	2011	2012	2013	2014	2015
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	26 100	120 000
Edifícios e outras construções	24 669	67 579	1 808 566	985 957	170 407
Equipamento básico	48 424	101 006	16 321	69 032	34 941
Equipamento de transporte	7 000	46 207	19 720	68 698	-9 012
Ferramentas e utensílios	388	3 776	959	0	0
Equipamento administrativos	14 195	14 210	3 202	29 118,27	13 271,00
Outras imobilizações	0	0	0	0	941
Imobilizações em curso	768 444	664 016	-127 591	-911 729	-262 239
	863 120	896 794	1 721 177	267 176	68 309

Variação do Ativo Fixo (bruto)



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the initials 'M. Lopes' and 'ae'.

O BALANÇO

A 31 de Dezembro de 2015 a situação patrimonial da Santa Casa da Misericórdia da Maia afigura-se bastante próxima à do ano transato, não havendo variações particulares de maior relevo.

Destaca-se o facto de o Passivo ter diminuído com algum significado, em cerca de 24%, mantendo-se, como habitualmente, apenas com saldos de curto prazo, ou seja, os montantes relevados no passivo são saldos que se encontram a pagamento no final de 2015.

RÁCIOS FINANCEIROS		
	Ano 2014	Ano 2015
Autonomia Financeira	0,88	0,90
Grau Dependência	0,12	0,10
Solvabilidade	7,06	9,50

Da observação dos principais rácios financeiros, verifica-se uma ligeira melhoria da autonomia financeira da Instituição, sendo esta autonomia de nível apreciável.

O rácio de solvabilidade observa também uma evolução positiva dado que o Passivo da Misericórdia tem um montante bastante inferior ao ativo e aos capitais próprios. Por esse motivo a SCMM não apresenta necessidades de financiamento externos, tendo perfeita capacidade de autofinanciamento.

J
mu. *20/05*
ac
Gal

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O exercício 2015 apresenta melhores indicadores do que os de 2014. Melhor autonomia, melhor resultado, mais receitas e um controlo ainda mais apertado dos gastos. De certa forma traduz um pouco o otimismo que se começa a viver no país com o passar crise que se viveu nos últimos anos. Talvez o crescimento económico que se estima e a melhoria das condições monetárias das famílias e do próprio Estado possam traduzir-se na continuidade de uma situação financeira estável e coesa desta Misericórdia.

Assim, espera-se que a SCMM continue a desenvolver a sua atividade, olhando para o futuro com otimismo.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A Santa Casa da Misericórdia da Maia não tem qualquer dívida à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTAS DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do Exercício, positivo no valor de 446.414,63 euros, será transferido para a conta de "Resultados Transitados".

Handwritten signatures and initials in blue ink:
A large signature at the top right.
Below it, the initials "mu." followed by "Lopes" and "de".
Further down, the initials "L.L." and a signature that appears to be "A." are visible.

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇO (INDIVIDUAL ou CONSOLIDADO)

EUR

Factor:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1

RUBRICAS	NOTAS	DATAS			
		31 DEZ	EX 2015	31 DEZ	EX 2014
ACTIVO					
Activo não corrente					
Activos face tangíveis		9 625 319,99		9 603 059,81	
Propriedades de investimento		239 650,04		239 936,00	
Goodwill		0,00		0,00	
Activos intangíveis		87,58		87,58	
Activos biológicos		0,00		0,00	
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00		0,00	
Participações financeiras - outros métodos		0,00		0,00	
Accionistas/técnicos		0,00		0,00	
Outros activos financeiros		6 294,18		1 491,40	
Activos por impostos diferidos		0,00		0,00	
		9 870 357,79		10 173 574,87	
Activo corrente					
Inventários		32 237,02		3 753,94	
Activos biológicos		0,00		0,00	
Clientes		19 474,43		11 893,24	
Adiantamentos a fornecedores		0,00		0,00	
Estado e outros entes públicos		0,00		0,00	
Accionistas/técnicos		0,00		0,00	
Outras contas a receber		184 060,59		177 051,18	
Diferimentos		20 193,47		30 154,75	
Activos financeiros detidos para negociação		0,00		60 012,74	
Outros activos financeiros		0,00		0,00	
Activos não correntes detidos para venda		0,00		0,00	
Caixa e depósitos bancários		2 927 641,10		2 761 775,53	
		3 182 605,09		3 044 591,38	
Total do activo		13 052 964,48		13 218 166,25	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital próprio					
Capital realizado		3 289 089,85		3 289 089,85	
Ações (quotas) próprias		0,00		0,00	
Outros instrumentos de capital próprio		0,00		0,00	
Prémios de emissão		0,00		0,00	
Reservas legais		0,00		0,00	
Outras reservas		0,00		0,00	
Resultados transferidos		5 878 769,26		5 747 371,65	
Ajustamento em activos financeiros		0,00		0,00	
Excedentes de reavaliação		0,00		0,00	
Outras variações de capital próprio		2 195 851,72		2 411 006,99	
Resultado líquido do período		495 414,63		131 197,61	
Dividendos antecipados		0,00		0,00	
Interesses minoritários		0,00		0,00	
Total do capital próprio		11 810 125,46		11 678 866,10	
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões		0,00		0,00	
Financiamentos obtidos		0,00		0,00	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00		0,00	
Passivos por impostos diferidos		0,00		0,00	
Outras contas a pagar		0,00		0,00	
		0,00		0,00	
Passivo corrente					
Fornecedores		77 133,07		88 132,41	
Adiantamento da clientes		0,00		0,00	
Estado e outros entes públicos		233 910,78		229 424,14	
Accionistas/técnicos		0,00		0,00	
Financiamentos obtidos		0,00		0,00	
Outras contas a pagar		743 904,35		1 040 368,82	
Diferimentos		187 890,82		262 374,78	
Passivos financeiros detidos por negociação		0,00		0,00	
Outros passivos financeiros		0,00		0,00	
Passivos não correntes detidos para venda		0,00		0,00	
		1 242 839,02		1 639 300,15	
Total do passivo		1 242 839,02		1 639 300,15	
Total do capital próprio e do passivo		13 052 964,48		13 218 166,25	

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de eur

A Mesa Regedora

O Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		EX 2015	EX 2014
Vendas e serviços prestados		2 364 714,15	2 278 024,44
Subsídios à exploração		4 874 900,31	4 496 962,47
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-977 436,04	-1 064 896,05
Fornecimentos e serviços externos		-927 405,95	-958 344,84
Gastos com o pessoal		-5 372 853,37	-6 058 090,38
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	110 000,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		833 234,81	638 364,58
Outros gastos e perdas		-15 189,00	-10 913,90
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		779 964,91	433 306,32
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-388 785,71	-352 722,59
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes do gastos de financiamento e impostos)		411 179,20	80 583,73
Juros e rendimentos similares obtidos		35 235,43	50 613,88
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		446 414,63	131 197,61
Impostos sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		446 414,63	131 197,61

(1) O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de conta consolidada

A Mesa Regedora *Alvir José P. L. d. A. G. S.*O Técnico Oficial de Contas *Alvir José P. L. d. A. G. S.*

Alvir José P. L. d. A. G. S.
Alvir José P. L. d. A. G. S.
Alvir José P. L. d. A. G. S.
Alvir José P. L. d. A. G. S.
Alvir José P. L. d. A. G. S.

4
E
Luís
al
il
H



santa casa
misericórdia
maia

ANEXO

(Montantes expressos em Euros)

Lu.
Lu. Lopes
ac
Lu.

ÍNDICE

1.	Identificação da entidade	55
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	55
3.	Principais políticas contabilísticas	56
4.	Fluxos de caixa	58
5.	Partes relacionadas	59
6.	Ativos fixos tangíveis	59
7.	Propriedades de Investimento	61
8.	Investimentos em Curso	61
9.	Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	62
10.	Subsídios do Governo e apoios do Governo	62
11.	Provisões	63
12.	Gastos com Pessoal	63
13.	Fornecimentos e Serviços Externos	67
14.	Rédito	68
15.	Clientes	69
16.	Estado e Outros Entes Públicos	69
17.	Diferimentos	69
18.	Capital	70
19.	Resultados Transitados	70
20.	Outras Variações no Capital Próprio	71
21.	Fornecedores	71
22.	Outras Contas a Pagar e a Receber	71
23.	Juros e Gastos financeiros suportados	72
24.	Juros e Ganhos financeiros obtidos	72
25.	Outros Gastos e Perdas	73
26.	Outros Rendimentos e Ganhos	73
27.	Outras divulgações exigidas por diploma legal	74
28.	Principais acontecimentos ocorridos após o termo do Exercício	74
29.	Aprovação das Demonstrações Financeiras	74

7
Luís
de
Lil
M

1. Identificação da entidade

EXERCÍCIO DE 2015

INTRODUÇÃO

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Maia, também designada Santa Casa da Misericórdia da Maia, ou simplesmente Misericórdia da Maia, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica Canónica em 1954, com sede na Avenida Visconde Barreiros, na Freguesia Cidade da Maia, Concelho da Maia, e que tem como objetivo satisfazer carências sociais e a prática de atos de culto católico.

A atividade da Instituição desenvolve-se nas seguintes áreas estratégicas:

- Assuntos sociais e de apoio social;
- Ensino e formação profissional;
- Cultura e culto;
- Bem-estar e ambiente;
- Gestão do património.

As receitas mais significativas são obtidas das áreas de apoio social bem como as resultantes de donativos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Enquadramento

As demonstrações financeiras do exercício findo a 31 de dezembro de 2015 foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do SNC-ESNL.

Ju. ac. Lig. M.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

a) Ativos fixos tangíveis:

Os bens dos ativos fixos, recebidos por herança, doação ou adquiridos até 1 de Janeiro de 1990, encontram-se registados pelo valor de uma avaliação interna, cujo impacto nos capitais próprios foi de, aproximadamente, 2.566.814 euros. Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data estão contabilizados pelo respetivo custo histórico.

As depreciações do ativo fixo, adquirido, doado ou herdado a partir de 1 de Janeiro de 1990 e até 31 de dezembro de 2011, foram calculadas pelo método das quotas constantes, definido no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro.

Os elementos patrimoniais são sujeitos a depreciação correspondente à quota anual no exercício em que entram em funcionamento, independentemente do mês em que ocorre a sua aquisição.

Os ativos adquiridos após 1 de janeiro de 2012 são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, tal como definido, no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

b) Investimentos Financeiros:

As participações de capital, quotas sociais, ações e outras aplicações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das perdas de imparidade para que o valor contabilístico, ou seja, o valor nominal se aproxime do valor de mercado.

c) Propriedades de investimento:

Nas suas demonstrações financeiras a entidade optou por derrogar a NCRF – ESNL, adotando supletivamente o Sistema de normalização contabilístico por entender que desta forma as demonstrações financeiras refletem de melhor forma a situação patrimonial e as operações da Misericórdia. As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

Foi aplicado o modelo do custo na mensuração inicial, e, nas mensurações subsequentes, o mesmo modelo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas, definidas no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de janeiro para propriedades

Handwritten notes and signatures:
D
S
20/09/2015
ju. ac
[Signature]

de investimento adquiridas entre 1 de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 2011, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Para as aquisições posteriores as taxas de depreciação utilizadas são as constantes, no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

O justo valor das propriedades de investimento não é aqui divulgado por não se ter ainda promovido a avaliação dos imóveis da Misericórdia da Maia

d) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Santa Casa da Misericórdia da Maia irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

e) Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

f) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Santa Casa da Misericórdia da Maia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação

Handwritten signature and initials in blue ink.

dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

g) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;

Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Santa Casa da Misericórdia da Maia e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas a destacar.

4. Fluxos de caixa

4.1. Comentário sobre os saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

O valor de 586.098,03€ do saldo de caixa e seus equivalentes, à data de 31/12/2015, encontra-se totalmente disponível para uso, está integralmente constituído sob a forma de caixa, depósito bancário à ordem e outras aplicações.

O valor de 2.341.543,15€ não se encontra totalmente disponível para uso dado que se encontra sob a forma de depósitos a prazo.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de disponibilidades decompunha-se como se segue:

	Ex. 2015	Ex. 2014
Caixa	2 144,10	3 825,68
Depósitos à ordem	583 953,93	461 701,02
Outros depósitos bancários	2 341 543,15	2 296 248,83
Outras instrumentos financeiros	0,00	60 012,74
Total	2 927 641,18	2 821 788,27

3
ju.
de
Lidador

5. Partes relacionadas

5.1. Participação da Santa Casa da Misericórdia da Maia no capital de outra sociedade

A Instituição possui uma participação no capital da Santa Casa da Misericórdia da Maia HOSPITAL DO LIDADOR, S.A. no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros) euros de um total de 50.000,00 (cinquenta mil euros), correspondendo a uma participação de 10% (dez por cento). Esta sociedade encontra-se em fase de liquidação

6. Ativos fixos tangíveis

6.1. Divulgações gerais

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 1990 baseou-se numa avaliação interna, cujo impacto nos capitais próprios foi de, aproximadamente, 2.566.814 euros. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo de aquisição.

As depreciações do ativo fixo, adquirido, doado ou herdado a partir de 1 de Janeiro de 1990 e até 31 de dezembro de 2011, foram calculadas pelo método das quotas constantes, definidos no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de janeiro. As depreciações dos ativos fixos adquiridos posteriormente a 31 de dezembro de 2011 foram calculadas pelo método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro

Os elementos patrimoniais são sujeitos a depreciação correspondente à quota anual no exercício em que entram em funcionamento, independentemente do mês em que ocorre a sua aquisição.

Handwritten notes and signatures:
 ju.
 depois
 ae
 [Signature]

6.2. Valorização das várias classes

6.2. Valorização das várias classes

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Início do período	Valor bruto escriturado	343 826,57	13 757 499,89	1 388 023,41	805 227,54	610 875,32	31 558,83	178 776,80	17 115 788,36
	Deprec. Acumul. + Perdas n/ imp.	0,00	5 005 662,98	1 169 913,95	718 029,96	591 337,16	28 556,17	153 809,96	7 667 310,18
Período	Aquisições	120 000,00	170 406,95	34 941,16	28 388,80	13 271,09	940,62	0,00	367 948,62
	Alienações	0,00	0,00	0,00	37 400,02	0,00	0,00	0,00	37 400,02
	Depreciação do período	0,00	256 204,71	50 628,98	30 072,55	14 554,64	2 044,79	0,00	362 505,67
	Outras alterações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fim do período	Valor bruto escriturado	463 826,57	13 927 506,84	1 422 964,57	796 216,32	624 146,41	32 499,45	178 776,80	17 446 336,96
	Deprec. Acumul. + Perdas n/ imp.	0,00	5 261 867,69	1 220 542,93	719 702,49	605 891,80	30 600,96	153 809,96	7 992 415,83
Total		463 826,57	8 666 039,15	202 421,64	76 513,83	18 254,61	1 898,49	24 966,84	9 453 921,13

6.3. Ativos fixos tangíveis - Depreciação reconhecida nos resultados

Foi reconhecido nos resultados um valor de depreciações de 368.785,71 (trezentos e sessenta e oito mil, setecentos e oitenta e cinco euros e setenta e um cêntimos).

- 362.505,57 respeitante a ativos fixos tangíveis

- 6.280,14 respeitante a propriedades de investimento

6.4. Ativos fixos tangíveis - Depreciação acumulada no final do período

No final do período, as depreciações acumuladas de ativos fixos tangíveis ascenderam a 7.992.415,83€ (sete milhões, novecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e quinze euros e oitenta e três cêntimos)

Handwritten notes and signatures:
mu. 200/01
de
[Signature]

7. Propriedades de Investimento

Em 31 de dezembro de 2015 as propriedades de investimento decompunham-se como se segue:

		Euros
Início do período	Valor bruto escriturado	314 002,09
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade	-75 066,01
	Aquisições	6 000,00
	Alienações	0,00
	Ativos classificados como detidos p/ venda	0,00
Período	Depreciação do período	-6 280,04
	Perdas por imparidade	0,00
	Revalorizações	0,00
	Outras alterações	0,00
Fim do período	Valor bruto escriturado	320 002,09
	Depreciação acumulada + perdas por imparidade	-81 346,05
	Total	<u>238 656,04</u>

8. Investimentos em Curso

Em 31 de dezembro de 2015 os investimentos em curso registam um montante de 171.398,86 euros.

J. S. Lopes
ce
[Signature]

9. Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Em 31 de dezembro de 2015 o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, decompunha-se como se segue:

	<u>Ex. 2015</u>
Existência Inicial	3 753,94
Compras	1 005 919,12
Reclassificação e Regularização	0,00
Inventário Final	<u>32 237,02</u>
Total	<u>977 436,04</u>

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

As participações do Centro Regional de Segurança Social do Porto, estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela Instituição, e são definidas de acordo com o número de utentes dos serviços participados por esta entidade.

	<u>Ex. 2015</u>	<u>Ex. 2014</u>
Infância e Juventude	3 315 241,48	3 178 655,30
Família e Comunidade	150 897,72	150 615,56
Terceira Idade	679 945,73	669 687,84
IEFP	151 808,59	146 593,74
Projeto Escolhas	143 145,89	37 623,73
Outros	433 860,90	313 786,30
Total	<u>4 874 900,31</u>	<u>4 496 962,47</u>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Luís' and 'ac'.

11. Provisões

O exercício de 2015 iniciou-se e concluiu-se sem que se verifique a existência de qualquer provisão.

12. Gastos com Pessoal

12.1. Valores gastos

O valor total desta rubrica totaliza 5.372.853,37€, repartido da seguinte forma:

	Ex. 2015	Ex. 2014
Remunerações Certas	4 083 422,61	3 916 752,97
Remunerações Adicionais	306 090,13	230 268,69
Encargos s/remunerações	906 601,04	853 826,93
Seguro Ac Trabalho	45 190,40	35 208,34
Outros gastos	31 549,19	22 033,45
Total	5 372 853,37	5 058 090,38

12.2. Pessoal ao serviço da Instituição

Na sede:

Categoria	Nº de Funcionários
Escriturárias	6+1*
Consultor Jurídico	1
Motorista	2+1**
Ajudante Motorista	1


 Lu. ac


Prestador de Serviços	1**
Serviços Gerais	1

* Tempo Parcial

** Prestação de Serviços

No Projeto (Re) Criar, cujo início data de 01/05/2012:

Categoria	Nº de Funcionários
Coordenadora Técnica	1
Tec. Sup. Serviço Social	1

Na Infância e Juventude

INFANTÁRIOS	Educadora de Infância	Ajud. Acção Educativa	Cozinheira	Ajudante de Cozinha	Roupeira	Serviços Gerais	Escriturária	Motorista	Monitor
Centro de Anim. Inf. Vermoim	6	11	1	1	1	3	1	-	1+1**
Infantário da Guarda	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Gondim	4	5	1	1	-	1	-	-	-
Infantário de Nogueira	6	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Catassol	5	9	1	1	1	2	-	-	-
Infantário de S.Pedro Fins	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Crestins	5	10	1	1	1	1	-	-	-
Infantário de Pedrouços	5	9	1	1	-	2	-	-	-

Infantário de Águas Santas	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de St M ^a de Avioso	5	9	1	1	1	2	1	-	-
Infantário de Águas Santas II	5	9	1	1	-	2	-	-	-
Infantário de Milheirós	5	9	1	1	1	1	-	-	-
Creche St. Luzia	4	7	1	1	-	2	-	-	-

* Tempo Parcial

** Prestação de serviços


 ju. Lopes
 ac



Na Terceira Idade:

TERCEIRA IDADE	Educadora Social	Gerontólogo	Técnica Superior Serviço Social	Animador Cultural	Ajudante Lar / Centro Dia	Aj. Familiar	Roupeira	Cozinheira	Cozinheira	Aj. Cozinha	Motorista	Serviços Gerais	Psicomotricista	Escriturária	Encarregada Sector	Assist. Administrativo
Centro Social de Milheirós	1	-	1*	1	8	6	-	1	1	3	1	3	-	-	-	1
Centro de Dia de Pedrouços	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Centro de Dia de Crestins	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Centro Social da Guarda	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Lar Prof. José Vieira de Carvalho	-	1	1	1	21	10	6	2	2	7	1	6	1	1+1*	1	-
Centro Dia Silva Escura	1	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-
Centro de Dia Sta M. Avioso	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

* Tempo Parcial

Na equipa de Intervenção Comunitária:

Categoria	Nº de Funcionários
Técnica Superior Serviço Social	1
Sociólogo	1+1**
Animador Cultural	1

Handwritten notes and signatures:
 7
 Lopes
 M.
 ac
 cel
 [Signature]

Monitor	3
Ajudante Ocupação	2
Escriturária	1
Cozinheira	3
Aj. Cozinha	2
Serviços Gerais	4
Aj. Familiar / Domicil.	3
Ajudante Acção Educativa	1
Roupeira	1

* Tempo Parcial

Na Equipa de Rendimento Social de Inserção

Categoria	Nº de Funcionários
Téc. Superior Serviço Social	1
Educadora Social	1
Psicóloga	2
Aj. Acção Directa	2

12.3. Número médio de Utentes

INFÂNCIA / JUVENTUDE	N.º Médio de Utentes
Centro Animação Infância de Vermoim	154
Infantário da Guarda	101
Infantário de Gondim	69
Infantário de Nogueira	106
Infantário de Catassol	109
Infantário de S. Pedro Fins	90
Infantário de Crestins	110
Infantário de Pedrouços	104
Infantário de Águas Santas I	102
Infantário de Sta Mª de Avioso	105
Infantário de Águas Santas II	91

Handwritten signatures and initials:
 J. Lopes
 J. M.
 A. E.
 J. G.
 M. A.

Infantário de Milheirós	105
Creche Stª Luzia	67

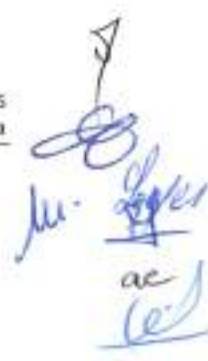
Terceira Idade	N.º Médio de Utentes
Centro Dia	166
Apoio Domiciliário	133
Lar	65

Centros Comunitários	N.º Médio de Utentes
Vila Nova da Telha	1 209
Sobreiro	1 169

13. Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica neste exercício é de 927.405,95 repartido da seguinte forma:

	Ex. 2015	Ex. 2014
Conservação e reparação	225 883,84	282 814,14
Eletricidade	214 135,53	155 254,86
Trabalhos Especializados	49 343,56	63 159,41
Honorários	73 918,28	75 374,39
Combustíveis	45 052,53	50 719,67
Rendas e alugueres	59 532,06	45 615,60
Comunicação	42 206,57	46 800,89
Encargos com utentes	47 004,00	45 932,30
Seguros	36 512,13	32 588,57
Vigilância e Segurança	6 028,22	10 073,12
Água	33 562,32	21 200,82
Limpeza, Higiene e Conforto	12 254,66	20 785,58
Material de escritório	19 645,44	21 048,71
Ferramentas e Utensílios	13 968,53	32 704,23
Artigos para oferta	9 829,19	8 565,07
Deslocações (portagens, almoços, praia)	2 188,29	2 438,38
Publicidade	5 210,68	9 538,14



Condomínio	1 200,76	675,76
Outros Flúidos	0,00	79,82
Contenciosos e notariado	800,50	757,71
Despesas animais/jardins	16 113,77	10 935,61
Material p/ act. Ludico-pedag.	8 917,31	13 541,92
Rouparia	3 053,47	5 433,39
Outros	1 044,31	306,75
Total	927 405,95	956 344,84

14. Rédito

14.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O Rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

14.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

Venda de bens: 0,00 euros

Prestação de serviços: 2.364.714,15 Euros

Juros: 35.235,43 Euros

No quadro seguinte detalha-se a prestação de serviços durante 2015:

	Ex. 2015	Ex. 2014
Creches	525 809,19	471 759,97
Jardim infância	680 771,22	689 588,87
ATL	31 387,24	32 663,75
Lares	689 222,27	671 743,32
Centros Dia	270 706,77	257 587,79

Apoio domiciliário	136 950,35	132 194,13
Quotizações	9 105,00	8 600,00
Serviços Sociais	11 367,11	11 136,86
Outros	9 395,00	2 749,75
Total	2 364 714,15	2 278 024,44

J
Luís
ac
iel
st

15. Clientes

A rubrica de clientes constante do Ativo, com um saldo devedor de 18.474,43 (dezoito mil, quatrocentos e setenta e quatro euros e quarenta e três cêntimos) diz respeito a valores de mensalidades não pagas pelos utentes nas várias valências até 31 de dezembro de 2015.

16. Estado e Outros Entes Públicos

A 31/12/2015 os saldos credores referentes à rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» constantes do Passivo dizem respeito a:

	Ex. 2015	Ex. 2014
IRS Dependentes	44 371,00	45 425,00
IRS Independente	887,52	637,11
Contribuição da Segurança Social	185 208,40	179 185,61
Sobretaxa	3 443,86	3 176,42
Total	233 910,78	228 424,14

17. Diferimentos

A rubrica de diferimentos apresenta a 31/12/2015 um saldo devedor no valor de 20.193,47€ (vinte mil, cento e noventa e três euros e quarenta e sete cêntimos), constante do Ativo, que corresponde sobretudo ao diferimento de gastos associados a seguros (19.745,05€) entre outros gastos de menor valor que serão reconhecidos no exercício seguinte.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Lu', 'Lu', 'ae', and 'L'.

O valor registado a crédito, no valor de 187.890,82€ (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e noventa euros e oitenta e dois cêntimos), corresponde a:

	Ex. 2015	Ex. 2014
Subsídios à exploração	12 323,10	104 338,43
Contrato alojamento Utente	64 562,37	74 953,61
Outros Rendimentos	111 005,35	103 082,74
Total	187 890,82	282 374,78

O valor de 111.005,35 euros, em outros rendimentos, diz respeito a pagamentos efetuados pelos utentes e irmãos em 2015, mas referentes ao exercício de 2016, ou seja, serão reconhecidos como rendimentos do próximo exercício.

18. Capital

18.1. Fundo Social

O valor do Fundo Social, no valor de 3.289.089,85€ (três milhões duzentos e oitenta e nove, mil e oitenta e nove euros e oitenta e cinco cêntimos), foi apurado em 1990, aquando da adoção, pela Instituição, do Plano previsto no Decreto-Lei nº 78/89 de 3 de Março, que aprovou o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social”.

Assim, a Situação Patrimonial da Instituição (Fundo Social) foi apurada como resultado da avaliação dos ativos da Instituição de acordo com os princípios contabilísticos referidos acima e do registo dos seus passivos.

19. Resultados Transitados

O valor inscrito na rubrica de «Resultados Transitados» de 5.878.769,26€ (cinco milhões, oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e sessenta e nove euros e vinte e seis cêntimos), respeita aos resultados positivos dos exercícios anteriores.

Luís Lopes
ac
11/11

20. Outras Variações no Capital Próprio

20.1. Subsídios

Os subsídios atribuídos a fundo perdido à Instituição, para financiamento de Ativos Fixos Tangíveis, são registados na rubrica de outras variações de capital próprio, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis.

21. Fornecedores

O montante inscrito na rubrica do Passivo «Fornecedores» diz respeito a faturas emitidas em Dezembro, ou seja, reflete a conta corrente de fornecedores, não havendo qualquer valor que não seja de curto prazo.

22. Outras Contas a Pagar e a Receber

22.1. Outros Devedores

O montante inscrito na rubrica do ativo, no valor final de 184.060,59€ (cento e setenta e sete mil e cinquenta e um euros e dezoito cêntimos), diz respeito a:

	Devedores por Acréscimos de Rendimentos	Outros Devedores	Total
Saldo Abertura	27 710,49	149 340,69	177 051,18
Aumentos	75 621,29	0,00	75 621,29
Diminuições	27 710,49	40 901,39	68 611,88
Saldo Final	75 621,29	108 439,30	184 060,59

O valor inscrito na rubrica "Outros Devedores" refere-se a montantes a receber do projeto Pares II e III, assim como do Projeto Escolhas.

22.2. Outros Credores

O montante inscrito na rubrica do passivo, no valor final de 743.069,59€, diz respeito a:

- Acréscimos de gastos (estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos -, eletricidade, comunicação: 738.266,05 €
- Outros credores: 4.803,54 €

ju. Depos ac. l. off.

	Fornecedores de Investimentos	Acréscimo de Gastos	Outros Credores	Total
Saldo Abertura	0,00	748 025,07	290 402,48	1 038 427,55
Aumentos	68 178,10	738 266,05	5 013,54	811 457,69
Diminuições	68 178,10	748 025,07	290 612,48	1 106 815,65
Saldo Final	0,00	738 266,05	4 803,54	743 069,59

Nesta rubrica, salienta-se o peso dos encargos com o pessoal resultante da necessidade de constituir uma estimativa para pagamento de férias e subsídio de férias.

23. Juros e Gastos financeiros suportados

Durante o exercício a entidade suportou juros e gastos financeiros no montante de:

	2015
Juros Mora	24,05
Outros Gastos	2 535,66
Total	2 559,71

A rubrica de outros gastos refere-se a despesas bancárias.

24. Juros e Ganhos financeiros obtidos

Durante o 2015 a entidade obteve juros e ganhos financeiros no montante de:

	2015
Juros Obtidos Depósitos	35 135,32
Ganhos Investimentos Financeiros	0,00
Outros Rendimentos	100,11

Handwritten notes and signatures:
7
Lu. Lopes
ac
[Signature]

Total	35 235,43
-------	-----------

25. Outros Gastos e Perdas

Durante o exercício de 2015 esta rubrica ascendeu a:

	2015
Impostos	2 126,66
Multas e Penalidades	480,00
Outros Gastos	10 022,63
Total	12 629,29

A rubrica de outros gastos inclui sobretudo, correções relativas a exercícios anteriores e a donativos.

26. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante o exercício de 2015 esta rubrica ascendeu a:

	2015
Rendimentos Suplementares	391 758,00
Desconto p.p. obtidos	291,46
Ganhos inventários	178 391,62
Outros Rendimentos e ganhos	262 793,73
Total	833 234,81

Os rendimentos suplementares, acima refletidos, referem-se entre outros, a rendas de imóveis, vendas e cedências diversas e donativos. Este ano com um valor bastante significativo face aos anos anteriores, motivado pelo recebimento das rendas em atraso pela utilização das instalações onde funciona o Centro de Saúde.

Os ganhos em inventários, refletem alimentos recebidos do Banco Alimentar. Nesta operação a Santa Casa da Misericórdia da Maia opera como mera intermediária, uma vez que os alimentos se destinam a ser distribuídos por famílias carenciadas do Concelho.

J. S.
Luís
de
Almeida

Os outros rendimentos e ganhos são maioritariamente constituídos pela imputação de subsídios ao investimento.

27. Outras divulgações exigidas por diploma legal

27.1. Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos

A Santa Casa da Misericórdia da Maia não tem qualquer dívida em mora ao Estado e Outros entes Públicos, incluindo a segurança social.

28. Principais acontecimentos ocorridos após o termo do Exercício

Após o termo do exercício económico em análise não ocorrem acontecimentos considerados relevantes que implicassem a sua divulgação.

29. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Mesa Regedora e autorizadas para emissão em 29 de fevereiro de 2016. A aprovação final fica ainda sujeita à concordância da assembleia-geral.

Entidade: SANTA CASA MISERICÓRDIA DA MAIA

Nº 501217851

DEMONSTRAÇÃO DE Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2015

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		2015	2014
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recibimentos de Clientes		2 256 752,23	2 384 073,36
Pagamento a Fornecedores		-1 001 476,82	-1 781 225,59
Pagamentos ao Pessoal		-5 022 953,86	-5 010 805,76
FLUXO GERADO PELAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		-3 767 678,45	-4 407 957,99
Pagamento /Recebimento de imposto sobre o rendimento		-4 227 273,57	-4 622 272,53
Outros recibimentos / pagamentos		450 595,12	214 314,54
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos de			
Activos Fijos Tangíveis		-325 892,00	-283 826,82
Activos Intangíveis			-1 340,97
Investimentos Financeiros			
Outros Activos			
Recibimentos de			
Activos Fijos Tangíveis			
Activos Intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Subsídios ao Investimento		0,00	30 710,28
Juros e Rendimentos similares		34 722,44	90 897,45
Dividendos			
FLUXO GERADO PELAS ACTIVIDADES INVESTIMENTO		-291 169,56	-163 560,06
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recibimentos de			
Financiamento Obtidos			
Realização de capital e o instrumentos de Capital Próprio			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos de			
Financiamentos Obtidos			
Juros e gastos similares		-2 559,71	-3 011,74
Dividendos			
Redução do Capital e o instrumentos de Capital Próprio			
Outras operações de financiamento			
FLUXO GERADO PELAS ACTIVIDADES FINANCIAMENTO		-2 559,71	-3 011,74
VARIAÇÃO de CAIXA e EQUIVALENTES		165 965,85	47 742,74
Efeitos das diferenças de câmbio			
CAIXA e EQUIVALENTES no INÍCIO do PERÍODO		2 761 775,33	2 714 032,59
CAIXA e EQUIVALENTES no FIM do PERÍODO		2 927 641,18	2 761 775,33

Mesa Regedora

Handwritten signature

Técnico Oficial de Contas

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature